

Echoenergia Participações S. A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Echoenergia Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Echoenergia Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Echoenergia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Designação e mensuração dos instrumentos financeiros derivativos

Veja a Nota 4 c. e 30 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As controladas diretas da Serra do Mel Holding S.A. mantêm operações significativas com instrumentos financeiros derivativos para proteger certos riscos originários de exposições cambiais de compromissos firmes atrelados a compra de ativos imobilizados, de acordo com o critério estabelecido em sua política de gestão de risco. A mensuração, os critérios e premissas utilizados para a designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de hedge (hedge de valor justo ou hedge de fluxo de caixa), tais como itens protegidos elegíveis, estratégia de gerenciamento de risco da entidade, a mensuração de sua efetividade, e os efeitos tributários da contabilidade de hedge, requerem o cumprimento de obrigações formais e incluem a necessidade de que a Companhia e as controladas diretas da Serra do Mel Holding S.A., exerçam julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial. Devido à relevância, julgamento envolvido na efetividade desses instrumentos financeiros derivativos, avaliação, mensuração e divulgações relacionadas ao valor justo de tais instrumentos financeiros derivativos ser complexa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - a avaliação, com auxílio dos especialistas em instrumentos financeiros, da designação do hedge contratado, da mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e da efetividade das relações de hedge, utilizando dados observáveis, como fluxos descontados com base em curvas de mercado, para comparar com as premissas internas utilizadas pelas controladas diretas da Serra do Mel Holding S.A, assim como análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas no cálculo; - a avaliação, com o auxílio dos especialistas em instrumentos financeiros, se as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes; - a avaliação, com o auxílio dos especialistas em impostos, dos efeitos tributários causados pela contabilização dos instrumentos financeiros derivativos; e - a avaliação, com o auxílio dos especialistas jurídicos, dos critérios e premissas utilizados na designação do hedge, tais como itens protegidos elegíveis, estratégia de gerenciamento de risco da entidade. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a designação e mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, assim como as divulgações relacionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras,

inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Echoenergia Participações S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa	6.a	43.803	28.943	242.628	317.227	Fornecedores	14	7.947	7.472	164.537	75.023
Contas a receber	7	-	-	145.524	100.634	Empréstimos e financiamentos	15	129.701	39.879	380.162	314.564
Adiantamento a fornecedores		2.498	1.567	29.046	25.366	Debêntures	16	-	-	100.071	16.505
Outros tributos a recuperar	8.a	-	-	2.812	3.058	Outras obrigações tributárias	17.a	743	614	12.766	9.405
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.b	2.169	1.815	20.821	19.316	Imposto de renda e contribuição social a recolher	17.b	-	-	9.982	5.601
Despesas pagas antecipadamente	9	4.127	1.250	51.643	15.423	Obrigações sociais e trabalhistas		7.882	5.971	10.175	9.834
Estoque		-	-	5.959	610	Provisão de ressarcimento	18	-	-	120.777	15.086
Dividendos a receber	29.b	10.023	8.322	-	-	Arrendamentos	11	650	647	1.611	846
Contas a receber partes relacionadas	29.a	37.114	28.671	-	-	Outras contas a pagar		2.168	1.641	39.675	7.702
Instrumentos financeiros derivativos	30.a	-	167	74.603	167						
Outras contas a receber		5.055	293	2.468	89	Total do passivo circulante		149.091	56.224	839.756	454.566
Total do ativo circulante		104.789	71.028	575.504	481.890						
Contas a receber	7	-	-	55.901	53.848	Financiamentos	15	-	-	2.614.785	2.140.642
Fundos vinculados	6.b	-	-	413.093	307.144	Debêntures	16	184.636	-	487.472	269.666
Despesas pagas antecipadamente	9	2.144	1.628	6.382	7.764	Outras obrigações tributárias	17	-	-	4.921	2.603
Depósitos judiciais		-	-	15.865	19.685	Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	-	-	11.210	17.259
Instrumentos financeiros derivativos	30.a	-	204	-	204	Tributos diferidos	21.b	-	-	206.602	219.442
Outras contas a receber		299	31	294	291	Provisão de ressarcimento	18	-	-	-	54.240
						Compensação de infraestrutura		-	-	3.168	3.168
Total realizável a longo prazo		2.443	1.863	491.535	388.936	Provisão para desmobilização	19	-	-	30.329	20.160
Investimentos	10	2.308.475	2.095.471	-	-	Arrendamentos	11	1.578	2.209	74.310	62.361
Direito de uso	11	2.065	2.753	96.546	81.210	Adiantamento de clientes	20	-	-	117.645	117.645
Imobilizado	12	10.519	7.680	4.712.390	3.883.532	Outras contas a pagar		-	-	1.500	1.500
Intangível	13	823	529	611.142	648.575	Total do passivo não circulante		186.214	2.209	3.551.942	2.908.686
Total do ativo não circulante		2.324.325	2.108.296	5.911.613	5.002.253	Patrimônio líquido	22				
						Capital social		2.301.821	2.284.493	2.301.821	2.284.493
						Ajuste de avaliação patrimonial		2.157	167	2.158	167
						Prejuízos acumulados		(210.169)	(163.769)	(210.169)	(163.769)
						Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		2.093.809	2.120.891	2.093.810	2.120.891
						Total do patrimônio líquido atribuível aos não controladores		-	-	1.609	-
						Total do patrimônio líquido		2.093.809	2.120.891	2.095.419	2.120.891
Total do ativo		2.429.114	2.179.324	6.487.117	5.484.143	Total do passivo e patrimônio líquido		2.429.114	2.179.324	6.487.117	5.484.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echoenergia Participações S/A

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	24	-	-	698.445	588.237
Custos de operação	25	-	-	(371.196)	(311.601)
Lucro bruto		-	-	327.249	276.636
Despesas gerais e administrativas	26	(25.361)	(29.847)	(76.545)	(68.302)
Outras receitas operacionais		443	-	2.509	-
Outras despesas operacionais		-	(129)	(1.878)	(13.410)
Resultado com equivalência patrimonial	10	(1.927)	(30.139)	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(26.845)	(60.115)	251.335	194.924
Receitas financeiras	27	1.803	2.311	15.424	18.167
Despesas financeiras	27	(21.363)	(997)	(299.335)	(260.434)
Resultado financeiro		(19.560)	1.314	(283.911)	(242.267)
Resultado antes dos tributos		(46.405)	(58.801)	(32.576)	(47.343)
Imposto de renda e Contribuição social - diferido	21.b	-	-	12.839	12.839
Imposto de renda e Contribuição social - corrente	21.a	-	-	(26.668)	(24.297)
Prejuízo do exercício		(46.405)	(58.801)	(46.405)	(58.801)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(46.400)	(58.801)	(46.400)	(58.801)
Acionistas não controladores		(5)	-	(5)	-
Prejuízo básico e diluído por ação	23	(0,013)	(0,018)	(0,013)	(0,018)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echoenergia Participações S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(46.405)	(58.801)	(46.405)	(58.801)
Hedge de fluxo de caixa	(167)	167	(167)	167
Resultado abrangente do exercício	(46.572)	(58.634)	(46.572)	(58.634)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(46.567)	(56.647)	(44.248)	(56.647)
Acionistas não controladores	(5)	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(46.572)	(56.647)	(44.248)	(56.647)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echoenergia Participações S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora e consolidado						
		Capital social						
	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Ajuste de avaliação patrimonial Reservas de custos de hedge	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.147.500	(99.635)	(8.580)	(105.253)	1.934.032	-	1.934.032
Subscrição de capital	22.a	158.097	(158.097)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	22.a	-	236.628	-	-	236.628	-	236.628
Transferência de outros resultados abrangentes		-	-	-	285	285	-	285
Participação sobre hedge de fluxo de caixa das investidas	29.a	-	-	8.747	-	8.747	-	8.747
Prejuízo do exercício		-	-	-	(58.801)	(58.801)	-	(58.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.305.597	(21.104)	167	(163.769)	2.120.891	-	2.120.891
Subscrição de capital	22.a	80.000	(58.896)	-	-	21.104	-	21.104
Redução de capital social	22.a	(3.776)	-	-	-	(3.776)	-	(3.776)
Venda de participação para não controladores		-	-	-	-	-	1.614	1.614
Transferência de outros resultados abrangentes		-	-	(167)	-	(167)	-	(167)
Reflexo da movimentação patrimonial nas investid	4.(iv)	-	-	2.158	-	2.158	-	2.158
Prejuízo do exercício		-	-	-	(46.400)	(46.400)	(5)	(46.405)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.381.821	(80.000)	2.158	(210.169)	2.093.810	1.609	2.095.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echoenergia Participações S/A

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos tributos	(46.405)	(58.801)	(32.576)	(47.343)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	4.506	486	168.180
Custo de captação de empréstimos apropriado ao resultado	15	1.734	3	20.463
Custo de captação de debêntures apropriado ao resultado	16	451	785	-
Juros sobre debêntures	16	14.019	-	59.878
Depreciação	12	493	492	194.472
Baixa de imobilizado	12	-	854	3.145
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.927	30.139	-
Provisões de ressarcimento	18	-	-	51.451
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	19	-	-	5.346
Provisões (reversão) para desmobilização	-	-	-	(1.440)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	7	-	(43)	(165)
Amortização de direitos de exploração	13	22.624	22.624	37.762
Amortização de ativo de direitos de uso	11	688	688	3.013
Juros sobre passivo de arrendamentos	11	197	244	4.427
		234	(4.168)	513.890
				384.339
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber	7	-	-	(46.778)
Contas a receber partes relacionadas	29.a	(8.443)	(20.255)	-
Outras contas a receber	-	(5.030)	(37)	(2.379)
Outros tributos a recuperar	8.a	-	-	246
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.b	(354)	(320)	(1.505)
Estoques	-	-	-	(5.349)
Depósitos judiciais	-	-	-	3.821
Adiantamento a fornecedores	-	(931)	(173)	(3.680)
Despesas pagas antecipadamente	9	(3.393)	(1.792)	(34.838)
(Redução) aumento nos ativos:				
Fornecedores	14	1.059	2.542	14.911
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1.911	220	341
Contas a pagar partes relacionadas	-	(213)	-	-
Outras obrigações tributárias	17.a	129	(168)	5.679
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17.b	-	-	(1.611)
Derivativos	30.a	-	(7.558)	-
Adiantamento de clientes	-	-	-	117.645
Partes relacionadas	29.c	-	584	-
Outras contas a pagar	-	527	(14.306)	31.973
				(13.655)
Caixa gerado (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais				
		(14.504)	(45.431)	474.721
				453.031
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15/16	(2.463)	-	(123.134)
Pagamento de IR e CS	-	-	-	(26.831)
				(175.960)
				(23.735)
Fluxo de caixa (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais				
		(16.967)	(45.431)	324.756
				253.336
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento				
Aporte de capital em investidas	10	(577.175)	(241.636)	-
Redução de capital em investidas	10	261.472	-	-
Cisão parcial controladas, caixa líquido cindido na operação	-	(3.776)	-	-
Dividendos recebidos	10	78.614	9.043	-
Aquisição de ativo intangível	-	(294)	(443)	(329)
Aquisição de ativo imobilizado	12	(3.504)	(2.338)	(1.018.542)
				(517.409)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento				
		(244.663)	(235.374)	(1.018.871)
				(517.742)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de principal de arrendamentos	11	(825)	(829)	(4.938)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	15	(41.822)	-	(409.562)
Captação de financiamentos	15	130.000	40.000	863.007
Captação de debêntures	16	180.000	-	496.097
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15/16	(11.967)	(610)	(21.298)
Pagamento de principal de debêntures	16	-	-	(218.945)
Integralização de capital	22	21.104	236.628	21.104
Fundos vinculados	6.b	-	-	(105.949)
				(81.626)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento				
		276.490	275.189	619.516
				401.221
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa				
		14.860	(5.616)	(74.599)
				136.815
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.a	28.943	34.559	317.227
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.a	43.803	28.943	242.628
				317.227
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa				
		14.860	(5.616)	(74.599)
				136.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Echoenergia Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 4º andar, Jardim Paulistano, capital do estado de São Paulo. A Companhia tem sede administrativa em São Paulo e atividades operacionais distribuídas nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”), a relação das empresas controladas está apresentada na nota explicativa 3.

Constituída em 6 de maio de 2016, a Companhia é uma Holding que detém participação em empresas com foco em implementação e exploração de ativos de geração e comercialização de energia elétrica de fontes renováveis.

Em 31 de dezembro de 2020 os empreendimentos da Companhia somam 1.204,11 MW médios (1.202,3 MW médios em 31 de dezembro de 2019) de capacidade instalada total para geração de energia eólica, distribuídos em 42 empresas controladas integralmente.

As atividades do Grupo, assim como de todas as empresas atuantes no setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo podem ser utilizados ao longo destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulado;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LER – Leilão de Energia de Reserva;
- LFA – Leilão de Fonte Alternativa
- LEN – Leilão de Energia Nova
- MRE – Mecanismo de Realocação de Energia;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças; e
- MCP - Mercado de Curto Prazo

1.1 Projetos de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas possuem as seguintes autorizações outorgadas pelo regulador e para exploração de energia eólica, e os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Os ativos em operação totalizam 998,31 MW médios de capacidade instalada nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, e ainda 205,80 MW médios em construção

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

previstos para serem energizados em 2021, em parques localizados no estado do Rio Grande do Norte.

Empresa	Outorga	Início Outorga	Final Outorga	Garantia física [MWm]	Portaria Garantia física	Capacidade instalada	Tipo de contrato	Energia contratada (MWm)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
Ventos de São Clemente 1	627/2014	25/11/2014	25/11/2049	17,2	289/2020	31,37	LEN3/2014	15,3	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 2	628/2014	25/11/2014	25/11/2049	15,5	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,2	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 3	631/2014	27/11/2014	27/11/2049	15,2	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,5	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 4	639/2014	28/11/2014	28/11/2049	15,7	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,6	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 5	632/2014	27/11/2014	27/11/2049	18,6	289/2020	31,37	LEN3/2014	15,7	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 6	633/2014	27/11/2014	27/11/2049	15,2	289/2020	27,68	LEN3/2014	13,3	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 7	640/2014	28/11/2014	28/11/2049	13	289/2020	25,83	LEN3/2014	10,7	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 8	634/2014	27/11/2014	27/11/2049	11,7	289/2020	22,14	LEN3/2014	9,5	IPCA	Janeiro
Ventos do Morro do Chapéu	381/2011	30/06/2011	30/06/2046	14,1	289/2020	27,51	LFA7/2010	13,1	IPCA	Dezembro
Ventos do Parazinho	410/2011	08/07/2011	08/07/2046	15,5	289/2020	29,12	LFA7/2010	14	IPCA	Dezembro
Vento Formoso	409/2011	08/07/2011	08/07/2046	14,6	289/2020	27,51	LFA7/2010	13,5	IPCA	Dezembro
Ventos de Tianguá Norte	389/2011	04/07/2011	04/07/2046	15,5	289/2020	29,12	LFA7/2010	14,1	IPCA	Dezembro
Ventos de Tianguá	390/2011	04/07/2011	04/07/2046	15,2	289/2020	27,75	LFA7/2010	13,1	IPCA	Dezembro
Pedra do Reino	594/2010	30/06/2010	30/06/2045	10,84	594/2010	30	LER3/2009	10	IPCA	Julho
Pedra do Reino III	467/2011	03/08/2011	03/08/2046	6,8	467/2011	18	LER5/2010	6,8	IPCA	Setembro
Cabeço Preto	712/2010	11/08/2010	11/08/2045	6,56	712/2010	19,8	LER3/2009	6	IPCA	Julho
Cabeço Preto IV	258/2011	18/04/2011	18/04/2046	8,4	258/2011	19,8	LER5/2010	8,4	IPCA	Setembro
Serra de Santana I	478/2011	17/08/2011	17/08/2046	9,7	478/2011	20	LER5/2010	8,1	IPCA	Setembro
Serra de Santana II	468/2011	03/08/2011	03/08/2046	13,5	468/2011	30	LER5/2010	13,5	IPCA	Setembro
Serra de Santana III	475/2011	11/08/2011	11/08/2046	12,7	475/2011	30	LER5/2010	12,7	IPCA	Setembro
Lanchinha	266/2012	02/05/2012	02/05/2047	13,2	266/2012	28	LER3/2011	13,2	IPCA	Julho
Pelado	263/2012	02/05/2012	02/05/2047	9	263/2012	20	LER3/2011	9	IPCA	Julho
Pedra Rajada	109/2015	02/04/2015	02/04/2050	11	109/2015	20	LER8/2014	11	IPCA	Outubro
Pedra Rajada II	110/2015	02/04/2015	02/04/2050	10,1	110/2015	20	LER8/2014	10,1	IPCA	Outubro
Cabeço Vermelho	324/2014	14/07/2014	14/07/2049	15,2	65/2020	28,6	LEN10/2013	13,6	IPCA	Janeiro
Cabeço Vermelho II	345/2014	18/07/2014	18/07/2049	9	65/2020	16,8	LEN10/2013	9	IPCA	Janeiro
Pedra do Reino IV	181/2016	12/05/2016	12/05/2051	9,7	181/2016	20	LER9/2015	9,7	IPCA	Novembro
Boa Esperança I	389/2015	20/08/2015	20/08/2050	15,3	225/2018	30,8	LEN6/2014	14,4	IPCA	Janeiro
Vila Sergipe I	7538/2018	26/12/2018	26/12/2053	21,5	98/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Rio Grande do Norte I	7518/2018	26/12/2018	26/12/2053	13,3	98/2019	25,2	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Rio Grande do Norte II	7537/2018	26/12/2018	26/12/2053	21,1	98/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Piauí III	7653/2019	21/03/2019	21/03/2054	23,6	162/2019	42	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Sergipe II	7651/2019	21/03/2019	21/03/2054	21,2	162/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Sergipe III	7652/2019	21/03/2019	21/03/2054	9,1	162/2019	16,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Piauí I	7675/2019	26/03/2019	26/03/2054	20,7	162/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Piauí II	7674/2019	26/03/2019	26/03/2054	20,8	162/2019	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Subtotal em operação				509,3		998,31				
Vila Alagoas II	8620/2020	12/03/2020	12/03/2055	10,9	397/2020	21	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo I	8615/2020	12/03/2020	12/03/2055	17,6	397/2020	33,6	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo II	8616/2021	12/03/2020	12/03/2055	18,5	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo III	8617/2021	12/03/2020	12/03/2055	18,7	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo IV	8618/2022	12/03/2020	12/03/2055	19,3	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Vila Espírito Santo V	8619/2022	12/03/2020	12/03/2055	20,2	397/2020	37,8	ACL	Variável	IPCA	Janeiro
Subtotal em construção				105,2		205,8				
Total				614,50		1.204,11				

1.2 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

i. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a doença causada pelo novo corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria nº 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho remoto para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

Nas plantas operacionais e projetos em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia faz o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

ii. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto da COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva, e, até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia e suas controladas atuam. A seguir estão elencadas as principais rubricas acompanhadas pela Companhia e suas controladas e seus impactos decorrente da pandemia.

a. Receita e contas a receber

As receitas das Controladas estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não ocorreram perdas de contratos com clientes após o início da pandemia. Pode-se observar uma queda da receita em alguns projetos individuais, todavia estão relacionados aos

ventos menores no exercício e não decorrem de algum impacto relacionado a pandemia do COVID-19, veja maiores detalhes na nota explicativa 11.

b. Financiamentos

O BNDES aprovou em março de 2020, em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que tiveram por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da COVID-19 no Brasil.

Uma das medidas foi a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de financiamentos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise. Em junho de 2020 a Companhia, através das suas controladas indiretas São Clemente Holding e São Jorge Holding, obteve junto a instituição a aprovação para suspensão do pagamento do serviço a dívida por seis meses, acarretando um impacto no caixa de aproximadamente R\$ 33.730 no exercício.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 4.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- **Aplicações financeiras:** Nota explicativa 6.a
- **Fundos vinculados:** Nota explicativa 6.b
- **Instrumentos financeiros derivativos:** Nota explicativa 30.a
- **Fornecedores - Compromisso firme:** Nota explicativa 14 e 30.a

c. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos financeiros conforme os prazos divulgados na Nota Explicativa 31.

A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 46.405 (58.801 em 31 de dezembro de 2019) e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 264.252 (27.324 positivo em 31 de dezembro de 2019), porém apresentando geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 469.452 (453.031 em 31 de dezembro de 2019).

O balanço patrimonial apresenta capital circulante líquido negativo, principalmente, pelo fato de a Companhia apresentar em seu passivo de financiamentos e debêntures valores reconhecidos para todo o prazo dos contratos, e, em contrapartida apresenta-se somente um único mês de recebível decorrente de venda de energia no ativo circulante. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que suas operações são suportadas pela geração de caixa dos contratos de longo prazo firmados para fornecimento de energia, adicionado aos montantes colocados em garantia dos financiamentos que podem ser utilizados em situações específicas para pagamento de outras obrigações de curto prazo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações.

A Companhia também concluiu em 2021, novas captações de debêntures no montante total de R\$ 282.000, aumentando sua capacidade de pagamento no curto prazo (ver nota explicativa 35). Adicionalmente, o montante de R\$ 86.659 de debêntures classificados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 referem-se a dívidas de suas controladas Vila Piauí I e Vila Piauí II, que tiveram a aprovação dos credores para pagamento no prazo original de vencimento da escritura (ver notas explicativas 16 e 35).

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente..

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 2.d:** Continuidade operacional e capacidade de pagamento de suas obrigações.
- **Nota explicativa 4.c.(iii):** Julgamento na determinação do *Hedge accounting* de acordo com a estratégia de proteção a exposição cambial do Grupo.
- **Nota explicativa 10:** equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11:** principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de Direito de uso e arrendamentos;
- **Nota explicativa 12:** aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis dos ativos imobilizados;
- **Nota explicativa 13:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis do ativo intangível;
- **Nota explicativa 18:** reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos decorrente dos valores sobre a geração não inferior dos contratos de venda de energia
- **Nota explicativa 19:** reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente;
- **Nota explicativa 28** – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos reconhecidos sobre passivos contingentes;
- **Nota explicativa 30** – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

3 Base de consolidação e investimentos em controladas

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(v) Relação de controladas

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as demonstrações financeiras da Echoenergia Participações S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Controladas	Razão Social	Nome	Participação societária em %			
			2020		2019	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
	L.H.C.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	Echoenergia Comercializadora	100	-	100	-
	Eólica Baixa Verde S.A.	Eólica Baixa Verde	100	-	100	-
	Eólica Moxotó S.A.	Eólica Moxotó	100	-	100	-
	Eólica Pedra do Reino S.A.	Pedra do Reino	100	-	100	-
	Eólicatec Sobradinho S.A.	Sobradinho	100	-	100	-
	Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S. A	Vila Sergipe 1	100	-	100	-
	Vila Alagoas 4 Empreendimentos e Participações S. A	Vila Alagoas 4	100	-	100	-
	Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Rio Grande do Norte 1	100	-	100	-
	Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Rio Grande do Norte 2	100	-	100	-
	Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S. A	Vila Sergipe 2	100	-	100	-
	Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S. A	Vila Sergipe 3	100	-	100	-
	Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Vila Piauí 3	100	-	100	-
	Vila Echoenergia Empreendimentos e Participações S.A.	Vila Echoenergia	100	-	100	-
	Vila Alagoas 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Vila Alagoas 3	100	-	100	-
	Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Vila Piauí 1.	100	-	100	-
	Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Vila Piauí 2	100	-	100	-
	Bons Ventos de Bitiquara I Empreendimentos e Participações S.A.	Bitiquara I	100	-	100	-
	Bons Ventos de Bitiquara II Empreendimentos e Participações S.A.	Bitiquara II	100	-	100	-
	<i>Echo Holding 1 S.A.</i>	<i>Echo Holding.</i>	<i>100</i>	<i>-</i>	<i>100</i>	<i>-</i>
	<i>Ventos de São Clemente Holding S.A.</i>	<i>São Clemente Holding</i>	<i>-</i>	<i>100</i>	<i>-</i>	<i>100</i>
	Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding I	-	100	-	100
	Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding II	-	100	-	100
	Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding III	-	100	-	100
	Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding IV	-	100	-	100
	Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding V	-	100	-	100
	Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding VI	-	100	-	100
	Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding VII	-	100	-	100
	Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	São Clemente Holding VIII	-	100	-	100
	<i>Ventos de São Jorge Holding S.A.</i>	<i>São Jorge Holding</i>	<i>-</i>	<i>100</i>	<i>-</i>	<i>100</i>
	Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	Morro do Chapéu	-	100	-	100
	Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	Parazinho	-	100	-	100
	Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	Formoso	-	100	-	100
	Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	Tianguá	-	100	-	100
	Nova Ventos de Tianguá do Norte Energias Renováveis S.A.	Tianguá Norte	-	100	-	100
	<i>Serras Holding S.A.</i>	<i>Serras Holding</i>	<i>100</i>	<i>-</i>	<i>100</i>	<i>-</i>
	Eólica Serra de Santana S.A.	Serra de Santana	-	100	-	100
	Eólica Lagoa Nova S.A.	Lagoa Nova	-	100	-	100
	Eólica Seridó S.A.	Seridó	-	100	-	100

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Eólica Paraíso S.A.	Paraíso	-	100	-	100
Eólica Lanchinha S.A.	Lanchinha	-	100	-	100
E4 Holding S.A.	E4 Holding.	100	-	100	-
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	Cabeço Vermelho	-	100	-	100
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	Cabeço Vermelho II	-	100	-	100
Eólica Pedra Rajada S.A.	Pedra Rajada	-	100	-	100
Eólica Pedra Rajada II S.A.	Pedra Rajada II	-	100	-	100
E5 Holding S.A.	E5 Holding	100	-	100	-
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	Pedra do Reino IV	-	100	-	100
Eólica Boa Esperança I S.A.	Boa Esperança I	-	100	-	100
Serra do Mel Holding S.A.	Serra do Mel Holding	100	-	100	-
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	Alagoas II	-	99 (*)	100	-
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S. A	Espírito Santo I	-	98 (*)	-	100
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S. A	Espírito Santo II	-	98 (*)	-	100
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S. A	Espírito Santo III	-	99 (*)	-	100
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S. A	Espírito Santo IV	-	99 (*)	-	100
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S. A	Espírito Santo V	-	99 (*)	-	100

(vi) Movimentações societárias (*)

Em 07 de dezembro de 2020 ocorreu a cisão parcial de determinados ativos e passivos da Companhia, aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária, concretizada com o objetivo de transferir operações contratadas pela Companhia que por essência tratavam-se de transações econômicas de suas controladas indiretas, Alagoas II, Vila Espírito Santo I, Vila Espírito Santo II, Vila Espírito Santo III, Vila Espírito Santo IV e Vila Espírito Santo V.

As referidas controladas procederam na mesma data com a incorporação dos ativos e passivos que estavam inicialmente registrados na Companhia. Abaixo os montantes cindidos e posteriormente incorporados na operação, segregados por empresa controlada:

	Vila Alagoas II	Vila Espírito Santo I	Vila Espírito Santo II	Vila Espírito Santo III	Vila Espírito Santo IV	Vila Espírito Santo V
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	4.502	8.552	9.434	402	402	8.066
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	-	64	64	-
Ganhos com derivativos a receber	16.929	27.321	30.482	17.633	17.726	30.770
Total ativo recebido em cisão e incorporado	21.431	35.873	39.916	18.099	18.192	38.836
Passivo						
Ganhos com derivativos realizados – designados como <i>hedge</i>	4.408	7.052	7.934	191	191	7.934
Ganhos com derivativos a realizar – designados como <i>hedge</i>	16.929	27.321	30.482	17.633	17.726	30.770
Total passivo recebido em cisão e incorporado	21.337	34.373	38.416	17.824	17.917	38.704
Acervo líquido recebido em cisão e incorporado	94	1.500	1.500	275	275	132

Os acervos líquidos cindidos e incorporados nas controladas, resultaram na diluição de participação proporcional da Companhia em suas controladas indiretas. Como resultado da operação societária a Companhia passa a ter um acionista não controlador detentor dos ativos e passivos cindidos.

Considerando que a movimentação de capital foi toda feita sob controle comum e não houve contraprestação transferida, a Companhia percebeu o efeito de R\$ 2.158 no patrimônio líquido decorrente de ajuste de avaliação patrimonial, veja abaixo conciliação do saldo:

Investidas	% de Participação atual	Patrimônio Líquido das controladas em 31/12/2020 (*)	Participação em controladas na data da reorganização	Ganho (perda) na transação de capital (*)
Vila Alagoas II Empr. e Participações S.A.	99,76	10.055	9.985	70
Vila Espírito Santo I Empr. e Participações S.A.	98,03	47.743	47.184	559
Vila Espírito Santo II Empr. e Participações S.A.	97,88	13.237	12.019	1.218
Vila Espírito Santo III Empr. e Participações S.A.	99,71	29.526	29.337	189
Vila Espírito Santo IV Empr. e Participações S.A.	99,68	47.561	47.439	122
Vila Espírito Santo V Empr. e Participações S.A.	99,81	69.974	69.974	-
Total		218.096	215.938	2.158

(*) Em decorrência das subscrições e integralizações incorporadas pelas controladas provenientes do novo acionista não controlador

(vii) Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

4 **Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. **Instrumentos financeiros**

(i) **Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas Controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado - VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas Controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas Controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas Controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas Controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas Controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.
- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 30.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)*

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida do resultado e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

Hedge de valor justo

As Controladas adotaram o *hedge* de valor justo, para a proteção contra o risco de moeda estrangeira de compromissos firmes atrelados a compra de ativos imobilizados.

Para os derivativos designados como *hedge* de valor justo, as respectivas variações no valor justo dos instrumentos de proteção são reconhecidas no resultado do exercício, sobre a rubrica, “Outras receitas (despesas) operacionais”

Ao aplicar a contabilidade de hedge por meio de valor justo para compromissos firmes, além das oscilações no valor justo do instrumento de *hedge*, que são reconhecidas no resultado, as Controladas, reconheceram também em contrapartida ao resultado as alterações no valor justo desses compromissos firmes, na mesma rubrica em que são reconhecidas as oscilações no valor justo dos instrumentos de *hedge*, ou sejam em “Outras receitas (despesas) operacionais”. A aplicação da contabilidade de *hedge* de valor justo acarreta também no reconhecimento das oscilações do valor justo do passivo proveniente do item protegido, onde caso não fosse aplicada a contabilidade de *hedge* de valor justo, tais oscilações no valor justo desses compromissos firmes não seriam reconhecidas por serem tratadas de passivos executórios. Na data de vencimento da designação da contabilidade de hedge de valor justo o saldo reconhecido referente ao valor justo do compromisso firme é transferido para o custo do objeto de hedge.

As Controladas designam o elemento *spot* do contrato de câmbio a termo como o instrumento de *hedge* do risco cambial, aplicando uma taxa de *hedge* de 1:1. Os elementos futuros dos contratos de câmbio a termo são excluídos da designação de instrumento de *hedge*. A política das Controladas é que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item protegido.

As Controladas determinam a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos vencimentos. As Controladas avaliam se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* compense mudanças e se foi eficaz na compensação de mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e,

quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, as quais limitam-se ao prazo da autorização, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação e as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Linhas de transmissão	33 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

d. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados, com exceção do Complexo de São Clemente, Tianguá e a controlada indireta Eólica Paraíso S.A,

contém cláusulas que obrigam que as controladas, ao final do prazo contratual, devolvam as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. As controladas obtiveram, por meio de estimativas de mercado e estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização. Desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceram as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa 19. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: desmontagem dos aerogeradores, locação de guas, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,64% a.a. Adicionalmente os valores são reconhecidos somente no momento de entrada de operação dos parques.

e. Receita de contrato com clientes proveniente da venda de energia elétrica e adiantamento de clientes

Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos:

- (i) identificação do contrato com o cliente
- (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato
- (iii) determinação do preço da transação
- (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e
- (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é registrada na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e são auferidas em duas modalidades:

- (i) Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e
- (ii) Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre)

Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação

de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes constituem obrigações advindas de contratos firmados com contrapartes, onde as controladas recebem recursos financeiros, com a obrigação de entregar energia durante os exercícios de 2022 a 2031.

No reconhecimento inicial os adiantamentos são mensurados com base no valor justo, o qual é equivalente ao valor da contraprestação recebida do cliente em adiantamento.

Por se tratar de um item não monetário, os respectivos valores não sofrem ajuste a valor presente em períodos subsequentes e serão liquidados mediante a entrega futura de energia contratada durante o período de contrato.

f. Ativos intangíveis

(a) Direitos de exploração dos contratos comerciais

O ativo intangível de direito de exploração de contratos comerciais reconhecido na controladora e suas controladas, referem-se a mais-valia registrada na combinação de negócios alocada para contratos de venda de energia no ambiente regulado, os quais são amortizados conforme vigência dos contratos.

Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de exploração dos contratos comerciais adquiridos em combinação de negócios são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica de Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica de intangível. A vida útil do ativo média é de 23 anos, e sua respectiva amortização é reconhecida na demonstração do resultado do exercício em Resultado de Equivalência Patrimonial, sendo que, na demonstração do resultado da Controladora, o valor é apresentado líquido dos efeitos dos tributos diferidos e na demonstração do resultado do exercício no Consolidado pelo seu valor bruto.

Na data base da aquisição a Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos decorrente a diferença temporária na mensuração

A Administração da Companhia, na data base de divulgação dessa demonstração financeira, não espera que a amortização do valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais e, portanto, não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre a transação.

(b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(d) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis médias estimadas são as seguintes:

Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas (a)	23 anos
Outros intangíveis	5 anos

g. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas devem considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas devem considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

A Companhia e suas controladas não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas somente aplicam em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas devem avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia ou a suas controladas em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros de vida útil definida não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), consequentemente nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado. Adicionalmente a Companhia não possui ativos não financeiros de vida útil indefinida.

h. Imposto de renda e contribuição social correntes

O Grupo possui empresas tributadas pelo regime do lucro real e presumido. A Companhia e suas controladas revisam anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável e aceitas pelas autoridades fiscais para a operação.

Lucro presumido

Empresas optantes pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas que são do objeto social de suas

controladas e 100% sobre as demais receitas que não compõem a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia e suas controladas apresentaram diferenças temporárias, exclusivamente, em operações de mais valia na combinação de negócios.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

j. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam as contraprestações nos contratos a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia o ativo de direito de uso e seu respectivo passivo de arrendamento se refere a sua sede administrativa e no caso das controladas as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia e suas controladas adotam os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,66 % a.a.

- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia e suas controladas remensuram os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamento. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

l. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

As Controladas possuem transações em moeda estrangeira, designada como *hedge* de fluxo de valor justo, referentes aos compromissos com aquisição de ativo imobilizado, sendo que, a efetividade de *hedge*, é reconhecida junto ao custo dos respectivos ativos imobilizados.

5 Novas normas e interpretações vigentes adotadas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

Normas emitidas pelo IASB e ainda não homologadas pelo CPC:

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 1	01/01/2021

CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato deve ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	01/01/2022
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	N/A

Pronunciamentos e orientações homologados pelo CPC:

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamento	IFRS 16	01/01/2020
OCPC 09 – Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais stakeholders; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	Não aplicável	01/01/2021

Os pronunciamentos alterados com a partir de 1º de janeiro de 2020, não trouxeram impactos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para os demais normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, a Administração da Companhia tem acompanhado as discussões e até o momento, entende que não trarão impactos significativos as demonstrações financeiras do Grupo.

6 Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos contas movimento	43.698	82	76.749	4.722
Aplicações financeiras (i)	105	28.861	165.879	312.505
Total de caixa e equivalentes de caixa	43.803	28.943	242.628	317.227

(i) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração média 100,3% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2020 (95,6% em 31 de dezembro de 2019).

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados referem-se a exigências específicas do banco financiador, para que sejam mantidos em caixa montantes com regramento específico estabelecidos nos instrumentos de financiamento. As contas reserva são administradas pelo próprio credor e classificadas contabilmente no ativo não circulante.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures	21.209	20.263
Centralizadora (a)	40.114	41.687
Reserva O&M	13.244	14.031
Reserva especial (b)	183.660	142.434
Reserva de dívida BNB	50.565	32.782
Reserva de ressarcimento (c)	60.390	-
Reserva de dívida BNDES	43.911	55.947
Total	413.093	307.144

Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração média dos fundos vinculados era de 83% da taxa (DI), (80% em 31 de dezembro de 2019).

- (a) As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade das controladas mantidas junto aos bancos administradores das dívidas constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos
- (b) Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas reservas especiais e o saldo poderá ser utilizado somente para pagamento de dividendos aprovados pelos credores
- (c) As contas têm por intuito assegurar percentuais relacionados aos saldos de **provisão de Ressarcimento registrados no passivo circulante da controlada indireta São Clemente Holding e a reserva foi constituída em 2020 como** parte do acordo de repactuação dos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para maiores detalhes, ver nota explicativa 16.

7 Contas a receber

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias das controladas e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

- (a) **MCP CCEE:** saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar.
- (b) **Ambiente de Contratação Livre:** Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes e liquidações na CCEE.
- (c) **Ambiente de Contratação Regulada:** Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Transações MCP CCEE (a)	10.098	6.758
Transações Realizadas no ACL (b)	46.984	7.534
Transações Realizadas no ACR (c)	144.637	140.649
(-) Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(294)	(459)
Total	201.425	154.482
Circulante	145.524	100.634
Não circulante (i)	55.901	53.848

- (i) Os valores classificados no ativo não circulante compreendem aos valores de excedente quadrienal em formação sobre contratos de venda de energia no ambiente regulado (ACR), para detalhes da constituição dos saldos, veja nota explicativa 4.e.

Perda Estimada para crédito de liquidação duvidosa

O critério utilizado pela Companhia e suas controladas para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento, considerando também expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não constituiu novos saldos de PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

Abaixo é demonstrada a movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa dos períodos:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	459	294
Provisões (reversão) reconhecidas no exercício	(165)	165
Saldo em 31 de dezembro	294	459

8 Imposto de renda e contribuição social a recuperar e outros tributos a recuperar

a) Outros tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS a recuperar	-	-	576	576
COFINS a recuperar	-	-	2.014	2.014
Outros impostos a recuperar	-	-	222	468
Total	-	-	2.812	3.058

b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CSLL a recuperar	-	129	-	934
IRPJ a recuperar	2.169	1.686	20.821	18.382
Total	2.169	1.815	20.821	19.316

9 Despesas pagas antecipadamente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mitigação barulho e sombra	-	49	-	2.364
Projetos sociais	-	28	-	2.730
Custo captação de debêntures	-	-	92	91
Custo com emissão de títulos e valores mobiliários	2.669	-	2.669	-
Seguros a apropriar	2.315	2.801	14.158	6.893
Fianças e compromisso (i)	547	-	40.332	11.109
Outras despesas antecipadas	740	-	774	-
Total	6.271	2.878	58.025	23.187
Circulante	4.127	1.250	51.643	15.423
Não circulante	2.144	1.628	6.382	7.764

- (i) A conta representa o montante total dos prêmios estabelecidos nos contratos de fianças e compromissos exigidas pelos contratos de financiamento, onde são registradas inicialmente com contrapartida passiva na rubrica de outras contas a pagar. O saldo ativo é amortizado linearmente de acordo com os prazos de coberturas estabelecidos em contratos e o passivo liquidado nas datas acordadas em contrato.

10 Investimentos

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
a) Investimentos	1.948.970	1.713.351
b) Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas, líquidos dos efeitos fiscais	359.505	382.120
Total	2.308.475	2.095.471

a) Investimentos em controladas

(i) Composição dos investimentos

Investidas	Participações		2020			2019		
	2019	2020	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento
Echo Holding 1	100%	100%	646.749	(41.521)	646.749	485.653	(52.577)	485.653
Eólica Baixa Verde	100%	100%	37.358	5.688	37.358	54.186	6.723	54.186
Eólica Moxotó	100%	100%	36.405	7.109	36.405	48.704	8.531	48.704
Eólica Pedra do Reino	100%	100%	48.972	4.862	48.972	61.766	8.736	61.766
Eolicatec Sobradinho	100%	100%	23.905	5.074	23.905	30.537	3.851	30.537
Serras Holding	100%	100%	263.931	683	263.931	263.068	(8.807)	263.068
E4 Holding	100%	100%	184.218	2.190	184.218	186.028	(1.648)	186.028
E5 Holding	100%	100%	150.503	(645)	150.503	171.393	6.916	171.393
Vila Sergipe 1	100%	100%	67.878	4.271	67.878	65.139	(49)	65.139
Vila Rio Grande do Norte 1	100%	100%	42.759	1.663	42.759	41.799	(79)	41.799
Vila Rio Grande do Norte 2	100%	100%	61.103	2.431	61.103	63.959	(3)	63.959
Vila Sergipe 2	100%	100%	53.148	5.005	53.148	41.305	(98)	41.305
Vila Sergipe 3	100%	100%	27.643	397	27.643	21.592	(94)	21.592
Vila Alagoas 4	100%	100%	(24)	(65)	(24)	(4)	(48)	(4)
Vila Piauí 1.	100%	100%	37.118	1.722	37.118	48.307	(80)	48.307
Vila Piauí 2.	100%	100%	34.279	(1.220)	34.279	42.104	(54)	42.104
Vila Piauí 3.	100%	100%	56.986	1.263	56.986	43.644	(292)	43.644
Serra do Mel Holding	100%	100%	174.461	(698)	174.461	42.750	(885)	42.750
Vila Echoenergia	100%	100%	21	(68)	21	35	(64)	35
Vila Alagoas 3.	100%	100%	75	(67)	75	45	(61)	45
Echoenergia Comercializadora	100%	100%	1.005	17	1.005	988	(19)	988
Bons Ventos de Bitiquara I	100%	100%	249	(9)	249	177	(19)	177
Bons Ventos de Bitiquara II	100%	100%	228	(9)	228	176	(19)	176
Investimentos			1.948.970	(1.927)	1.948.970	1.713.351	(30.139)	1.713.351

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Investidas	2018	Aumento de capital	Redução de capital	Dividendos propostos	Resultado de equivalência patrimonial	2019	Aumento de capital	Redução de capital	Dividendos propostos	Resultado equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	2020
Echo Holding 1	536.682	1.548	-	-	(52.577)	485.653	202.617	-	-	(41.521)	-	646.749
Eólica Baixa Verde	49.060	-	-	(1.597)	6.723	54.186	-	-	(22.516)	5.688	-	37.358
Eólica Moxotó	42.199	-	-	(2.026)	8.531	48.704	-	-	(19.408)	7.109	-	36.405
Pedra do Reino	55.106	-	-	(2.076)	8.736	61.766	-	-	(17.656)	4.862	-	48.972
Sobradinho	27.601	-	-	(915)	3.851	30.537	-	-	(11.706)	5.074	-	23.905
Serras Holding	270.824	1.051	-	-	(8.807)	263.068	180	-	-	683	-	263.931
E4 Holding.	233.606	-	(45.930)	-	(1.648)	186.028	-	(4.000)	-	2.190	-	184.218
E5 Holding	155.935	10.258	-	(1.716)	6.916	171.393	3	(15.002)	(5.246)	(645)	-	150.503
Vila Sergipe 1	31.691	33.497	-	-	(49)	65.139	46.856	(47.372)	(1.016)	4.271	-	67.878
Rio Grande do Norte 1	21.795	20.083	-	-	(79)	41.799	30.622	(30.928)	(398)	1.663	-	42.759
Rio Grande do Norte 2	31.825	32.137	-	-	(3)	63.959	42.287	(47.039)	(535)	2.431	-	61.103
Vila Sergipe 2	11.690	29.713	-	-	(98)	41.305	38.672	(30.674)	(1.160)	5.005	-	53.148
Vila Sergipe 3	5.562	16.124	-	-	(94)	21.592	22.917	(17.198)	(64)	397	-	27.643
Vila Alagoas 4	(7)	51	-	-	(48)	(4)	45	-	-	(65)	-	(25)
Vila Piauí 1.	10.687	37.700	-	-	(80)	48.307	11.465	(23.991)	(385)	1.722	-	37.118
Vila Piauí 2	5.351	36.807	-	-	(54)	42.104	3.932	(10.537)	-	(1.220)	-	34.279
Vila Piauí 3	12.674	31.262	-	-	(292)	43.644	45.553	(33.249)	(225)	1.263	-	56.986
Serra do Mel Holding	18	43.617	-	-	(885)	42.750	130.253	(2)	-	(698)	2.158	174.461
Vila Echoenergia	20	79	-	-	(64)	35	54	-	-	(68)	-	21
Vila Alagoas 3	22	84	-	-	(61)	45	99	-	-	(67)	-	77
Echoenergia Comercializadora	-	1.007	-	-	(19)	988	-	-	-	17	-	1.005
Bitiquara I	-	196	-	-	(19)	177	81	-	-	(9)	-	249
Bitiquara II	-	195	-	-	(19)	176	61	-	-	(9)	-	228
Total líquido investido	1.502.341	295.409	(45.930)	(8.330)	(30.139)	1.713.351	575.697	(259.992)	(80.315)	(1.927)	2.158	1.948.970

(ii) Informações financeiras das investidas

Investidas	2020						2019					
	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Echo Holding.	811.220	646.770	21	646.749	270.428	(41.521)	608.603	1.984.092	1.498.439	485.653	293.234	(52.577)
Serras Holding	269.403	313.758	49.827	263.931	96.844	683	269.223	702.719	439.651	263.068	99.171	(8.807)
E4 Holding.	199.901	184.242	24	184.218	74.324	2.190	203.901	548.242	362.214	186.028	71.935	(1.648)
E5 Holding	118.194	177.709	26.365	151.344	45.126	(645)	133.193	386.772	215.379	171.393	45.196	6.916
Eólica Pedra do Reino.	39.948	126.866	76.739	50.127	25.496	4.862	39.948	141.138	79.372	61.766	26.148	8.736
Eólica Baixa Verde	28.653	95.184	56.475	38.709	21.140	5.688	28.653	114.082	59.896	54.186	20.518	6.723
Eólica Moxotó	30.708	79.433	41.340	38.093	17.361	7.109	30.708	94.011	45.307	48.704	18.485	8.531
Sobradinho	17.926	60.278	35.168	25.110	12.384	5.074	17.926	68.485	37.948	30.537	13.550	3.851
Vila Sergipe 1	64.747	230.666	162.788	67.878	23.730	4.271	65.263	111.198	46.059	65.139	-	(49)
Rio Grande do Norte 1	41.673	139.734	96.975	42.759	18.232	1.663	41.978	74.720	32.921	41.799	-	(79)
Rio Grande do Norte 2	59.386	211.924	150.821	61.103	24.065	2.431	64.138	118.929	54.970	63.959	-	(3)
Sergipe 2	49.425	179.322	126.174	53.148	20.377	5.005	41.427	74.700	33.395	41.305	-	(98)
Sergipe 3	27.438	85.498	57.855	27.643	7.341	397	21.720	37.637	16.045	21.592	-	(94)
Vila Piauí 3	56.264	201.236	144.250	56.986	17.658	1.263	43.960	81.036	37.392	43.644	-	(292)
Vila Piauí 1.	35.883	175.379	138.261	37.118	13.916	1.722	48.409	67.361	19.054	48.307	-	(80)
Vila Piauí 2	35.576	170.062	135.783	34.279	10.023	(1.220)	42.181	60.119	18.015	42.104	-	(54)
Vila Alagoas 4	116	-	24	(24)	-	(65)	66	-	4	(4)	-	(48)
Serra do Mel Holding	173.896	216.563	42.102	174.461	-	(698)	43.391	84.585	41.204	42.750	-	(885)
Vila Alagoas 3	211	106	31	75	-	(67)	113	54	9	45	-	(61)
Echoenergia Comercializadora	1.007	1.022	17	1.005	-	17	1.006	1.023	35	988	-	(19)
Bitiquara I	278	267	18	249	-	(9)	196	208	32	176	-	(19)
Bitiquara II	257	246	18	228	-	(9)	195	207	32	177	-	(19)
Vila Echoenergia	163	77	56	21	-	(68)	109	149	114	35	-	(64)

b) Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas, líquidos dos efeitos fiscais

		2020		
	Vida útil	Mais – Valia	IR e CS diferidos	Saldo líquido
Echo Holding 1 S. A	05/2017 a 12/2038	420.699	(143.082)	277.617
Eólica Pedra do Reino S.A	11/2017 a 06/2032	36.380	(12.369)	24.011
Eólica Baixa Verde S.A	11/2017 a 06/2032	46.601	(15.844)	30.757
Eólica Moxotó S.A	11/2017 a 08/2033	51.157	(17.393)	33.764
Eólica Sobradinho S.A	11/2017 a 08/2033	24.199	(8.228)	15.971
Total investidas diretas		579.036	(196.916)	382.120
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	01/2019 a 12/2038	41.618	(14.108)	
Eólica Boa Esperança I S.A.	01/2019 a 12/2038	24.760	(8.418)	
Total investidas indiretas		66.378	(22.526)	
		645.414	(219.442)	

		2019		
	Vida útil	Mais – Valia	IR e CS diferidos	Saldo líquido
Echo Holding 1 S. A	05/2017 a 12/2038	398.568	(135.557)	263.019
Eólica Pedra do Reino S.A	11/2017 a 06/2032	33.471	(11.380)	22.091
Eólica Baixa Verde S.A	11/2017 a 06/2032	42.874	(14.577)	28.297
Eólica Moxotó S.A	11/2017 a 08/2033	47.416	(16.121)	31.295
Eólica Sobradinho S.A	11/2017 a 08/2033	22.429	(7.626)	14.803
Total investidas diretas		544.758	(185.261)	359.505
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	01/2019 a 12/2038	39.436	(13.365)	
Eólica Boa Esperança I S.A.	01/2019 a 12/2038	23.458	(7.976)	
Total investidas indiretas		62.894	(21.341)	
		607.652	(206.602)	

11 Direito de uso e arrendamentos

Os parques eólicos onde as Controladas desenvolvem suas atividades são objeto de contrato de arrendamento. No caso da Companhia, sua sede administrativa também é objeto de contrato de arrendamento. Desde 1º de janeiro de 2019 a Companhia e suas Controladas reconhecem esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

(i) Os saldos do direito de uso estão apresentados abaixo:

	Controladora					
	Valor líquido em 01/01/2019	Adoção inicial	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2019	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo de direito de uso						
Arrendamento edifício	-	3.441	(688)	2.753	(688)	2.065
Total do ativo	-	3.441	(688)	2.753	(688)	2.065

	Consolidado						
	Valor líquido em 01/01/2019	Adoção inicial – CPC 06 (R2) (*)	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2019	Adições (**)	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo de direito de uso							
Arrendamento parques eólicos	-	82.837	(1.627)	81.210	18.349	(3.013)	104.601
Total do ativo	-	82.837	(1.627)	81.210	18.349	(3.013)	104.601

(ii) Composição dos saldos de arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamento	2.228	2.856	75.921	63.207
Total	2.228	2.856	84.024	63.207
Circulante	650	647	1.611	846
Não circulante	1.578	2.209	74.310	62.361

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, está demonstrada abaixo:

	Controladora			
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Juros incorridos
Passivo de arrendamento				
Arrendamento prédio	2.856	-	(825)	197
Total do ativo	2.856	-	(825)	197

	Saldo em 01/01/2019	Adoção inicial	Pagamentos de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2019
Passivo de arrendamento					
Arrendamento prédio	-	3.441	(829)	244	2.856
Total do ativo	-	3.441	(829)	244	2.856

	Consolidado			
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições (**)	Pagamentos	Juros incorridos
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos parques eólicos	63.207	13.225	(4.938)	4.427
Total do ativo	63.207	13.225	(4.938)	4.427

	Saldo em 01/01/2019	Adoção inicial (*)	Pagamentos de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2019
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	-	63.895	(3.997)	3.309	63.207
Total do ativo	-	63.895	(3.997)	3.309	63.207

(*) Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 82.837, referentes a ativos de direito de uso, sendo R\$ 63.895 referentes ao passivo, com base nas contraprestações e R\$ 18.942 referentes ao valor presente com obrigações futuras com a desmobilização dos parques ao final dos contratos de arrendamentos.

(**) O valor de adições no ativo de direito de uso possui o montante de R\$5.124 referente a provisão de desmobilização dos parques que entraram em operação em 2020, conforme detalhado na nota explicativa 18.

12 Imobilizado

(i) **Composição do ativo imobilizado:** Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

Consolidado	Vida útil	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	469.480	-	469.480	680.596
Máquinas e equipamentos	15-30 anos	4.949.939	(752.223)	4.197.716	3.161.651
Benfeitorias	30 anos	49.662	(6.812)	42.850	38.277
Móveis e utensílios	16 anos	1.730	(1.459)	271	859
Equipamentos e processamento de dados	6 anos	976	(82)	894	931
Desmobilização de ativos		1.218	(39)	1.179	1.218
Total		5.473.005	(760.615)	4.712.390	3.883.532

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

2020							
Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Juros Capitalizados (i)	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em andamento	680.596	1.016.984	5.626	(1.232.872)	(854)	-	469.480
Máquinas e equipamentos	3.161.651	1.554	16	1.226.858	-	(192.363)	4.197.716
Benfeitorias	38.277	-	-	6.044	-	(1.471)	42.850
Móveis e utensílios	859	4	-	-	-	(592)	271
Equipamentos de processamento de dados	931	-	-	(30)	-	(7)	894
Desmobilização de ativos	1.218	-	-	-	-	(39)	1.179
Total	3.883.532	1.018.542	5.642	-	(854)	(194.472)	4.712.390
2019							
Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Juros Capitalizados (i)	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em andamento	154.628	533.730	2.838	(8.614)	(1.986)	-	680.596
Máquinas e equipamentos	3.245.823	4.472	-	64.734	(349)	(153.029)	3.161.651
Benfeitorias	41.454	327	-	(1.284)	(808)	(1.412)	38.277
Móveis e utensílios	1.184	-	-	267	-	(592)	859
Linhas de Transmissões	15.441	-	-	(15.439)	(2)	-	-
Equipamentos de processamento de dados	132	57	-	748	-	(6)	931
Edificações, obras civis em serviços	40.412	-	-	(40.412)	-	-	-
Desmobilização de ativos	-	1.218	-	-	-	-	1.218
Total	3.499.074	539.804	2.838	-	(3.145)	(155.039)	3.883.532

(i) A média % dos juros capitalizados foi de 1,87 % em 31 de dezembro de 2020 (2,02% em 31 de dezembro de 2019)

13 Intangível

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas – Custo (a)	734.232	734.232
Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas – Amortização acumulada (a)	(126.580)	(88.818)
Outros intangíveis	3.490	3.161
Total do intangível	611.142	648.575

a) Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas

		Consolidado				
	Vida útil	2018	Amortização	2019	Amortização	2020
Echo Holding 1 S. A	05/2017 a 12/2038	442.829	(22.130)	420.699	(22.131)	398.568
Eólica Pedra do Reino S.A	11/2017 a 06/2032	39.289	(2.909)	36.380	(2.909)	33.471
Eólica Baixa Verde S.A	11/2017 a 06/2032	50.328	(3.727)	46.601	(3.727)	42.874
Eólica Moxotó S.A	11/2017 a 08/2033	54.898	(3.741)	51.157	(3.741)	47.416
Eólica Sobradinho S.A	11/2017 a 08/2033	25.970	(1.771)	24.199	(1.770)	22.429
Eólica Boa Esperança I S.A.	01/2019 a 12/2038	43.800	(2.182)	41.648	(2.182)	39.436
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	01/2019 a 12/2038	26.062	(1.302)	24.760	(1.302)	23.458
Total		683.176	(37.762)	645.414	(37.762)	607.652

14 Fornecedores

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e serviços (a)	1.511	1.950	52.949	40.119
Provisões (b)	5.129	2.249	34.500	33.054
Seguros	1.307	2.651	2.485	1.647
Compromisso firme (c)	-	-	74.603	203
Contas a pagar partes relacionadas (nota 29.c)	-	584	-	-
Outros	-	38	-	-
Total	7.947	7.472	164.537	75.023

- (a) Refere-se a obrigações referentes a construção e manutenção dos parques eólicos.
- (b) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes a manutenção dos parques, onde a Companhia e suas controladas ainda não recebeu as faturas.
- (c) Valor justo das oscilações nos compromissos firmes referentes a aquisições de ativo imobilizado para o projeto de Serras do Mel Holding e suas controladas, reconhecidos em decorrência da aplicação da contabilidade de *hedge* de valor justo. Conforme detalhado na nota explicativa 30.

15 Financiamentos e empréstimos

As dívidas da Companhia e suas controladas são compostas por recursos captados, principalmente, através de financiamentos e empréstimos bancários. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado

a. movimentação dos financiamentos e empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	39.879	-	2.455.206	2.190.869
Captação de empréstimos e financiamentos	130.000	40.000	863.007	375.502
Juros incorporados à dívida	4.506	486	173.822	165.736
Custo de captação	(2.133)	(610)	(10.579)	(22.408)
Custo de captação incorrido (*)	1.734	3	20.463	4.479
Juros pagos	(2.463)	-	(97.410)	(161.996)
Amortização do principal	(41.822)	-	(409.562)	(96.976)
Saldo em 31 de dezembro	129.701	39.879	2.994.947	2.455.206
Circulante	129.701	39.879	380.162	314.564
Não circulante	-	-	2.614.785	2.140.642

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(*) No mês de fevereiro, após negociações com os credores sobre o redimensionamento da dívida, as Controladas realizaram amortizações parciais antecipadas previstas nos contratos de financiamentos do BNDES, com isto, foram baixados os custos de captação atrelados às dívidas no momento da repactuação.

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

b. Composição do saldo de financiamentos e empréstimos

Empréstimos e Financiamentos	Taxa de Juros	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento Final	Pagamento	Obrigações Contratuais (Covenants)	Garantias	2020	2019	
								Circulante	Não circulante	Não circulante
Nota promissória ABC - Echoenergia Participações S.A.	0,85% a.a. + CDI	14/10/2019	40.000	abr/20	No Vencimento (Bullet)	Não possui	Não possui	-	-	39.879
CCB BTG - Echoenergia Participações S.A.	3,10% a.a. + CDI	19/05/2020	130.000	mai/21	- Juros trimestrais - Principal no vencimento	Não possui	ESA (Equity Support Agreement)	129.701	-	-
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente I S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	96.327	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	4.742	35.414	11.762
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente II S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	86.000	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	6.289	46.577	10.835
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente III S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	88.001	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	9.392	69.765	10.923
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente IV S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	89.001	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	8.649	64.136	11.223
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente V S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	96.001	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	6.753	50.002	12.084
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente VI S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	81.000	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	3.781	27.863	10.141
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente VII S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	64.000	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	5.716	42.494	7.999
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente VIII S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	58.000	jun/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	330	2.443	7.228

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Financiamentos BNDES – Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	106.168	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	13.885	76.588	14.397	76.018
Financiamentos BNDES – Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	113.247	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	14.797	81.620	15.415	80.924
Financiamentos BNDES – Tianguá Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	106.169	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	13.873	76.524	14.402	75.929
Financiamentos BNDES – Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	108.894	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	14.213	78.651	14.729	78.029
Financiamentos BNDES – Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	113.247	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	14.595	80.551	15.289	79.680
Financiamentos Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S. A	2,22% a.a. + IPCA	30/11/2018	140.474	dez/38	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	11.964	133.565	2.828	38.974
Financiamentos Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	2,22% a.a. + IPCA	10/12/2018	88.341	dez/38	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	7.374	79.712	2.043	27.344
Financiamentos Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	2,22% a.a. + IPCA	12/12/2018	134.417	dez/38	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	10.669	124.474	3.372	46.477
Financiamentos Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	1,04% a.a. + IPCA	24/09/2019	85.229	ago/39	Semestral	ICSD > 1,20 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações e ESA FIP Ipiranga	654	84.547	-	14.007
Financiamentos Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	1,04% a.a. + IPCA	24/09/2019	85.229	ago/39	Semestral	ICSD > 1,20 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações e ESA FIP Ipiranga	607	82.570	-	13.298
CCB Itaú Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A	2,05% a.a + CDI	20/08/2020	24.000	ago/21	No Vencimento (Bullet)	Não possui	Não possui	23.649	-	-	-
CCB Itaú Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	2,05% a.a + CDI	20/08/2020	55.000	ago/21	No Vencimento (Bullet)	Não possui	Não possui	54.444	-	-	-
CCB Itaú Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	2,05% a.a + CDI	20/08/2020	33.000	ago/21	No Vencimento (Bullet)	Não possui	Não possui	32.371	-	-	-
CCB Itaú Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	2,05% a.a + CDI	20/08/2020	28.000	ago/21	No Vencimento (Bullet)	Não possui	Não possui	27.606	-	-	-

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Financiamentos BNDES - Eólica Baixa Verde S.A.	2,02% a.a. + TJLP	19/03/2013	18.806	mai/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	1.943	8.794	2.122	10.036
Financiamentos BNB - Eólica Baixa Verde S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	49.690	mai/32	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	3.238	34.302	3.083	36.405
Financiamentos BNDES - Eólica Moxotó S.A.	2,02% a.a. + TJLP	19/03/2013	6.718	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes, Penhor de Direitos Creditórios e Penhor de Ações	694	3.015	758	3.560
Financiamentos BNB - Eólica Moxotó S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	46.702	mai/33	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	2.602	28.937	2.489	30.532
Financiamentos BNDES - Eólica Pedra do Reino S.A.	2,02% a.a. + TJLP	12/04/2013	38.716	mai/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes, Penhor de Direitos Creditórios e Penhor de Ações	4.000	18.281	4.369	20.580
Financiamentos BNB - Eólica Pedra do Reino S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	53.959	mai/32	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	3.489	40.651	3.287	42.660
Financiamentos BNDES – Sobradinho S.A.	2,18% a.a. + TJLP	12/04/2013	15.358	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes, Penhor de Direitos Creditórios e Penhor de Ações	1.237	5.447	1.352	6.128
Financiamentos BNB – Sobradinho S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	29.040	mai/33	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	1.864	20.926	1.824	21.994
Financiamentos BNDES - Serra de Santana S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	64.181	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.022	49.752	7.368	52.366
Financiamentos BNDES - Lagoa Nova S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	100.900	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	11.090	78.233	11.603	82.328
Financiamentos BNDES – Seridó S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	100.174	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	10.949	77.593	11.489	81.665

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Financiamentos BNDES – Paraíso S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	53.670	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	5.680	39.340	5.947	41.516
Financiamentos BNDES – Eólica Lanchinha S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	77.075	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	8.146	56.422	8.530	59.540
Financiamentos Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	2,18% a.a. + IPCA	10/12/2018	116.897	dez/35	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	5.619	109.479	2.017	27.624
Financiamentos BNB - Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	2,18% a.a. + IPCA	12/12/2018	52.193	dez/35	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	2.592	50.575	914	12.549
Financiamentos Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	2,18% a.a. + IPCA	06/12/2018	134.339	dez/35	Mensal	Amortização de principal / (Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30%-70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	6.440	123.697	2.155	29.521
Financiamentos BNB - Eólica Cabeço Vermelho I S.A.	2,18% a.a. + IPCA	26/03/2018	112.716	abr/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	9.501	96.272	9.483	93.584
Financiamentos BNB - Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	2,11% a.a. + IPCA	03/04/2018	72.438	abr/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	6.205	60.430	6.201	58.812
Financiamentos BNB - Eólica Pedra Rajada S.A.	2,11% a.a. + IPCA	11/04/2018	108.079	nov/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	8.785	82.381	8.245	80.780
Financiamentos BNB - Eólica Pedra Rajada II S.A.	2,11% a.a. + IPCA	18/04/2018	92.245	nov/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	7.325	69.974	6.801	68.641
Financiamentos BNB - Eólica Pedra do Reino IV S.A.	2,18% a.a. + IPCA	26/12/2017	77.635	mar/38	Mensal	ICSD > 1,30 sem caixa até 2021	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	6.952	69.693	3.934	69.721
Financiamentos BNB - Eólica Boa Esperança S.A.	2,18% a.a. + IPCA	16/03/2018	101.401	mar/38	Mensal	ICSD > 1,30 sem caixa até 2021	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	7.983	93.847	6.044	91.883
								539.410	2.455.537	314.564	2.140.642

c. Obrigações contratuais - Covenants

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*Covenants*) comumente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

A relação dos *covenants* aplicáveis aos financiamentos e empréstimos aparecem descritos por contrato individualmente no quadro imediatamente acima (nota 15.b).

Os Covenants são medidos anualmente nos exercícios findos em dezembro dos respectivos anos.

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos financiamentos e empréstimos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	Consolidado
2021	390.629
2022	160.972
2023	163.357
2024	167.875
2025 a 2035	2.157.768
Custo de captação	(45.654)
Total	2.994.947

e. Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos. Detalhes ver o quadro 15.b.

16 Debêntures

As debêntures da Companhia e suas controladas tem por característica a não conversibilidade em ações, ou seja, são títulos que não dão direito à conversão em ações da companhia emissora. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. As movimentações das debêntures são apresentadas conforme segue:

	Controladora	Consolidado	
	2020	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	-	286.171	273.510
Captação de debêntures	180.000	496.097	-
Custo de captação incorrido	451	785	-
Custo de captação	(9.834)	(10.719)	(664)
Juros incorporados à dívida	14.019	59.878	32.527
Juros pagos	-	(25.724)	(13.964)
Amortização do principal	-	(218.945)	(5.238)
Saldo em 31 de dezembro	184.636	587.543	286.171
Circulante	-	100.071	16.505
Não circulante	184.636	487.472	269.666

b. Composição das debêntures

Companhia	Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Taxa de juros	Vencimento final	Covenants	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado			
									31/12/2020		31/12/2019	
									Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Echoenergia Participações S.A.	SIMPLIFIC PAVARINI DTVM LTDA	180.000	1.000	IPCA + 6,90% a. a	jun/30	ICSD > 1,20 sem caixa, Dívida Líquida/EBITDA, sendo 2022 < 5,75 x, 2023 < 5,25x, 2024 < 4,50x, 2025 < 4,25x	Anual	Não possui	13.347	171.289	-	-
Ventos de São Clemente Holding S.A.	Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	180.000	1.000	IPCA + 8,00% a.a.	out/30	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Semestral	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Echoenergia Participações	7.313	176.776	12.324	169.929
Ventos de São Clemente Holding S.A.	SIMPLIFIC PAVARINI DTVM LTDA	20.000	1.000	IPCA + 7,059 % a.a.	dez/29	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Semestral	Não possui	1.946	19.744	-	-
Serras Holding S.A.	Oliveira Trust	40.000	1.000	IPCA + 7,64% a.a.	jul/32	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Semestral	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	2.147	42.017	129	42.264
São Jorge Holding S.A.	Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	45.000	1.000	IPCA + 9,00% a.a.	jul/28	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	Semestral	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	7.480	59.558	4.142	57.473
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	43.000	1.000	IPCA + 5,95% a.a.	jun/35	ICSD > 1,20 sem caixa para <i>Completion</i> e ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior para manutenção	Semestral	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos,	42.573	-	-	-
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	44.000	1.000	IPCA + 5,95% a.a.	jun/35	ICSD > 1,20 sem caixa para <i>Completion</i> e ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior para manutenção	Semestral	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos,	43.586	-	-	-
									41.765	545.778	16.505	269.666

c. Obrigações contratuais - Covenants

A Companhia e suas controladas possuem contratos de debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*) comumente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

A relação dos *covenants* aplicáveis as debêntures aparecem descritos por contrato individualmente no quadro imediatamente acima (nota 16.b).

Os *Covenants* São medidos anualmente nos exercícios findos em dezembro dos respectivos anos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e monitorou todas as exigências qualitativas e quantitativas, com exceção das controladas abaixo demonstradas:

(i) Vila Piauí I e Vila Piauí II:

Com relação as debentures das referidas controladas, a escritura determina que deverá manter índice de cobertura da dívida igual ou superior a 1,3, índice esse previsto inicialmente para ser aplicável ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021, ano que iniciou o contrato de venda de energia de longo prazo dos parques. Considerando que tivemos a antecipação da entrada em operação comercial (julho de 2020), a medição passou a ser necessária no exercício fiscal de 2020 de acordo com a escritura.

A métrica de cálculo considera as adições de ativo imobilizado na fórmula, e, devido as etapas dos projetos durante 2020, as controladas apresentam incremento relevante na rubrica de ativo imobilizado, decorrentes da finalização da construção dos parques ainda em 2020.

Com base no disposto, a Administração da Companhia optou por não apresentar a obrigação proposta na escritura da 1ª emissão de debêntures das controladas, consequentemente teve sua dívida contabilmente classificada no curto prazo.

A falta de apresentação do ICSD para o período não representa o vencimento antecipado da dívida, conforme dispensado formalmente pelos debenturistas através de AGD (Assembleia Geral de Debenturistas). (Ver detalhes na nota explicativa 35).

(ii) São Clemente Holding:

Na controlada São Clemente Holding S.A, a Companhia possui obrigação de manter índice de cobertura da dívida igual ou superior a 1,2. No ano de 2020 ocorreu a amortização extraordinária de R\$ 305.000 no contrato de financiamento do BNDES, evento este resultando no redimensionamento da dívida (nota explicativa 15.a). Tal fato ocasionou o não atingimento do referido índice para a 1ª emissão de debêntures. Ciente da ocorrência, previamente ao fim do exercício de 2020, a Companhia obteve a anuência do debenturista para a dispensa da obrigação, sem que seja declarado o vencimento antecipado das dívidas

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos das Debêntures estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	Consolidado
2021	31.919
2022	19.175
2023	32.241
2024	38.866
2025 a 2035	476.024
Custo de captação	(10.682)
Total	587.543

e. Garantias

As garantias das debêntures são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos debêntures têm como garantias fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos.

17 Outras obrigações tributárias e imposto de renda e contribuição social a recolher

a) Outras obrigações tributárias

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
PIS a recolher	670	1.109
COFINS a recolher	2.980	5.116
Parcelamentos de impostos federais	6.505	3.746
Outros impostos a recolher (i)	7.532	2.037
Total	17.687	12.008
Circulante	12.766	9.405
Não circulante	4.921	2.603

- (i) Impostos retidos na fonte sobre serviços tomados de terceiros e folha de pagamento, CIDE, IOF e ICMS sobre diferencial de alíquota.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
CSLL	6.896	4.670
IRPJ	14.296	18.190
Total	21.192	22.860
Circulante	9.982	5.601
Não circulante (i)	11.210	17.259

(i) Saldo de impostos referente a cobrança em esferas administrativa junto a Secretaria da Receita Federal.

18 Provisão para ressarcimento

Os parques eólicos operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN) pela modalidade de disponibilidade, onde os contratos estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo (detalhes na nota explicativa nota 4.f).

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de Provisão de ressarcimento. Já os desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de contas a receber subgrupo de excedente de geração (Nota explicativa 7), ambos têm como contrapartida a rubrica de receita de venda de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do passivo de ressarcimento apresentou um aumento nas modalidades anual e quadrienal formados, principalmente pelos fatores abaixo apresentados:

- (i) encerramento do primeiro quadriênio dos contratos de parte das controladas (para detalhes dos contratos ver Nota explicativa 1.1). Desta forma, toda geração anual inferior a 90% da obrigação contratual para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 foi acumulada e será paga ao longo de 2021.
- (ii) Impacto do despacho Aneel 2303 de 2019 que determinou a suspensão do pagamento do ressarcimento anual de 2019 (que seria pago inicialmente em 2020), portanto, mantido como ressarcimento a pagar em 2021.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para ressarcimento Anual Formado	38.216	15.086
Provisão para ressarcimento Quadrienal em Formação	-	54.240
Provisão de Ressarcimento Quadrienal Formado	82.561	-
Total	120.777	69.326

19 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamentos, as Controladas têm a obrigação de devolver a terra onde o parque eólico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento entre 2047 e 2066.

As Controladas estimaram como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 202.076, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de 7,64% para 31 de dezembro de 2020 e 2019. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as controladas reavaliaram as estimativas e não modificaram as premissas iniciais adotadas.

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	20.160	1.440
Reversão de provisão ocorrida no exercício	-	(1.440)
Ajuste a valor presente	5.346	-
Provisão registrada no exercício (i)	4.823	20.160
Saldo em 31 de dezembro	30.329	20.160

(i) Os saldos adicionados no período referem-se as empresas que entraram em operação comercial no período, sendo eles, Sergipe 1, Sergipe 2, Sergipe 3, Rio Grande do Norte 1, Rio Grande do Norte 2, Piauí 1, Piauí 2 e Piauí 3.

20 Adiantamento de clientes

	Consolidado	
	2020	2019
Recebimento antecipado (a)	117.546	117.546
Outros adiantamentos de clientes	99	99
Total	117.645	117.645

- (a) Contrato firmado de venda antecipada de energia incentivada no Ambiente de Contratação livre - (ACL), com os respectivos recursos financeiros recebidos em dezembro de 2019, pelas controladas indiretas Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A e Vila Espírito Santo IV, onde as controladas têm a obrigação de fornecer energia elétrica a contraparte que transferiu os recursos financeiros equivalentes a um percentual do contrato total de venda de energia com vigência entre 2022 e dezembro de 2031.

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 26.668 (R\$ 24.297 em 2019).

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(46.405)	(58.801)
Alíquota	34%	34%
	(16.129)	(19.992)
Ajustes para alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Resultado com equivalência Patrimonial	1.927	30.139
Amortização de mais-valia nas investidas	22.624	22.624
Ganhos / (perdas) com operações de <i>hedge</i> liquidadas	-	(6.795)
Efeitos fiscais operações de arrendamento mercantil	55	234
Outras despesas indedutíveis	2.052	(366)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição Social sobre o prejuízo fiscal	(19.747)	(12.965)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (*)	6.713	4.408

(*) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos provenientes de prejuízos fiscais e/ou adições temporárias por não possuir expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Consolidado		
31/12/2020		
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	724.867	724.867
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	57.989	86.984
Receitas financeiras	15.424	15.424
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	17.470	9.198
Alíquota efetiva	23,8%	8,98%
Consolidado		
31/12/2019		
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	611.689	611.689
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	48.935	73.403
Demais receitas	16.121	16.121
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	16.240	8.057
Alíquota efetiva	24,96%	9%

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no passivo não circulante, referem-se as diferenças entre os valores alocados como contratos comerciais no intangível (nota explicativa 13) e as bases fiscais de ativos. A Administração da Companhia e suas controladas não esperam que o valor alocado dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais.

A Companhia e suas controladas possuem em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 206.602, (R\$219.442 em 31 de dezembro de 2019) de imposto de renda e contribuição social diferidos referente a mais valia de ativos líquidos, resultantes das combinações de negócios ocorridas em anos anteriores

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Base de cálculo	Imposto de renda (25%)	Contribuição social (9%)	Total	
				31/12/2020	31/12/2019
Diferenças temporárias					
Direito de exploração dos contratos comerciais	607.652	151.913	54.689	206.602	219.442
				206.602	219.442

Abaixo, é apresentada a movimentação dos passivos fiscais diferidos:

	Consolidado	
	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 1º de janeiro	219.442	232.281
Amortização de mais-valia combinação de negócios (ver Nota explicativa 13 - Intangível)	(12.840)	(12.839)
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro	206.602	219.442

Os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos não reconhecidos são os que seguem abaixo:

Base fiscal	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças temporárias dedutíveis	5.129	2.249
Prejuízos fiscais acumulados	31.156	23.962
	36.285	26.211
Efeito tributos diferidos		
Diferenças temporárias dedutíveis	34% 1.744	765
Prejuízos fiscais acumulados	34% 10.593	8.147
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	12.337	8.912
Base fiscal	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças temporárias dedutíveis	5.129	2.249
Prejuízos fiscais acumulados	185.734	127.215
	190.863	129.464

Efeito tributos diferidos

Diferenças temporárias dedutíveis	34%	1.744	765
Prejuízos fiscais acumulados	34%	<u>63.150</u>	<u>43.253</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)		<u>12.337</u>	<u>44.018</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia e suas controladas que apuram imposto de renda com base no lucro real não reconheceu ativos fiscais diferidos provenientes de prejuízos fiscais por não possuir histórico de lucros tributáveis.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$2.381.821 (2.305.597 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 3.615.852 ações ordinárias (3.486.627 em 31 de dezembro de 2019), todas nominativas e sem valor nominal.

A tabela abaixo demonstra a movimentação do valor do capital social da Companhia entre os exercícios comparativos:

Integralização de capital social	31/12/2020	31/12/2019
<i>Em milhares de reais</i>		
Capital social integralizado em 1º de janeiro	2.305.597	2.147.500
Redução de capital no exercício - AGE – 07/12/2020	(3.776)	-
Subscritas e não integralizadas durante o exercício – AGE – 07/12/2020	<u>80.000</u>	<u>158.097</u>
Capital integralizado em 31 de dezembro	<u>2.381.821</u>	<u>2.305.597</u>
Capital social a integralizar		
Saldo a integralizar em 1º de janeiro	(21.104)	(99.635)
Integralizadas durante o exercício	21.104	236.628
Subscritas e não integralizadas durante o exercício – AGE - 07/12/2020	<u>(80.000)</u>	<u>(158.097)</u>
Capital social a integralizar em 31 de dezembro	<u>(80.000)</u>	<u>(21.104)</u>

A tabela abaixo demonstra a movimentação do capital social da Companhia em ações entre os exercícios comparativos:

Subscrição de ações	31/12/2020	31/12/2019
<i>Em milhares de ações</i>		

Número de ações subscritas em 1º de janeiro	3.486.627	3.228.369
Canceladas durante o exercício - AGE - 07/12/2020	(6.368)	-
Subscritas e integralizadas durante o exercício	-	223.781
Subscritas e não integralizadas durante o exercício - AGE - 07/12/2020	135.593	34.477
Total de ações subscritas em 31 de dezembro	3.615.852	3.486.627

A Companhia distribui lucros e dividendos respeitando as restrições contratuais e legais.

23 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação, foi obtido por meio do prejuízo dos exercícios atribuível a Controladora dividido pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas ao final de cada exercício. Nos exercícios de 2020 e 2019 não houve diluição no resultado por ação pelo motivo de que a Companhia não havia emitido qualquer instrumento conversível, com isso ações da Companhia o resultado por ação básico é igual ao diluído.

A tabela a seguir demonstra o prejuízo líquido por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Numerador		
Prejuízo do exercício	(46.405)	(58.801)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	3.495.124	3.397.082
(Prejuízo) básico por ação ordinária	(0,013)	(0,017)

24 Receita líquida de vendas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta de energia elétrica (a)	711.273	604.625
Receita com <i>Liquidated Damages</i> (b)	13.594	7.064
PIS	(4.705)	(4.548)
COFINS	(21.717)	(18.904)
Deduções da receita	(26.422)	(23.452)
Receita operacional líquida	698.445	588.237

(a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração de energia própria.

- (b) Valor decorrente de contratos firmados com o fornecedor de aerogeradores, onde, cláusulas contratuais estabelecem que, ocorrendo disponibilidade do aerogerador abaixo do índice estipulado em contrato o fornecedor tem a obrigação de ressarcir as Controladas.

A seguir demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	Consolidado	
	2020	2019
CCEAR	393.404	314.897
CER	232.700	240.689
ACL	75.665	46.274
MCP CCEE	9.505	2.765
Total	711.273	604.625

25 Custos de operação

	Consolidado	
	2020	2019
Depreciação	(193.979)	(155.039)
Engenharia e gestão de processos O&M	(66.083)	(49.994)
Encargos de conexão e transmissão	(45.204)	(33.861)
Compra de energia	(17.978)	(28.616)
Gastos com pessoal	(15.390)	(13.110)
Serviços de terceiros	(11.278)	(10.036)
Taxas e alvarás diversos	(3.929)	(5.960)
Locações e aluguéis	(4.238)	(4.931)
Seguros	(6.851)	(4.778)
Amortização de direito de uso	(3.013)	(1.627)
Materiais	(940)	(2.194)
Viagens, diárias e ajuda de custo	(930)	(1.170)
Despesas com internet	(498)	(565)
Legais, judiciais e publicações	(215)	
Água, luz e telefone	(143)	-
Outros	(295)	(243)
Recuperação de créditos de liquidação duvidosa	165	(165)
Gastos diversos	(839)	-
Impostos e taxas	(246)	-
Total	(371.196)	(311.601)

26 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Amortização direito de exploração	(22.624)	(22.624)	(37.762)	(37.762)
Amortização de direito de uso	(688)	(688)	(688)	(688)
Depreciação	(493)	(492)	(493)	(492)
Gastos com pessoal	(993)	(3.681)	(14.942)	(12.594)
Serviços de terceiros	(340)	(1.004)	(10.572)	(7.531)
Legais, judiciais e publicações	(86)	(506)	(4.019)	(6.610)
Viagens, diárias e ajuda de custo	(41)	(317)	(356)	(802)
Locações e aluguéis	(6)	(26)	(113)	(141)
Gastos diversos	(29)	(328)	(3.799)	(1.082)
Despesas com internet	(4)	(19)	(5)	(53)
Água, luz e telefone	(16)	(56)	(346)	(296)
Despesas com cartório	(2)	(25)	(426)	(251)
Impostos e Taxas	(7)	-	(1.634)	-
Taxas e alvarás diversos	(11)	-	(1.222)	-
Materiais	(6)	(81)	(122)	-
Engenharia e gestão de processos O&M	(2)	-	(37)	-
Seguros	(13)	-	(3)	-
Outros	-	-	(6)	-
Total	<u>(25.361)</u>	<u>(29.847)</u>	<u>(76.545)</u>	<u>(68.302)</u>

27 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Descontos obtidos	76	-	89	-
Outras receitas	-	-	1.693	-
Rendimento de aplicação	1.727	2.311	13.642	18.167
Receitas financeiras	<u>1.803</u>	<u>2.311</u>	<u>15.424</u>	<u>18.167</u>
Juros sobre financiamentos	(4.506)	(486)	(160.261)	(165.736)
Taxa de pré-pagamento de financiamentos	-	-	(7.919)	-
Tarifas bancárias	(129)	(13)	(2.843)	(2.558)
Juros debêntures	(14.019)	-	(59.821)	(32.527)
Juros diversos	-	(10)	(1.473)	(4.468)
IOF	(17)	(12)	(200)	(854)
Juros (Fornecedores)	(28)	(2)	(55)	(149)
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	-	-	(5.346)	-
Multas	-	-	(1.372)	-
Despesa captação de financiamentos e debêntures (*)	(2.185)	(3)	(20.863)	(4.479)
Fianças e comissões bancárias	(187)	-	(34.634)	(46.269)
Juros sobre arrendamento	(197)	(244)	(4.427)	(3.309)
Outras despesas financeiras	(95)	(227)	(121)	(85)
Despesas financeiras	<u>(21.363)</u>	<u>(997)</u>	<u>(299.335)</u>	<u>(260.434)</u>

(*) Refere-se a baixa do custo de captação das controladas de São Clemente decorrente do pré-pagamento da dívida junto ao BNDES. Ver detalhes na Nota explicativa 15.b.

28 Provisões trabalhistas, tributária e cíveis

Em e 31 de dezembro de 2020 e 2019, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais, classificados como prováveis. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Todavia, tramitam processos possíveis de perda os quais são mencionados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Fiscal (i)	7.140	2.708
Cível (ii)	13.680	11.871
Total	20.820	14.579

(i) Fiscal

A companhia e suas controladas possuem ações de caráter fiscais, as quais estão detalhadas abaixo:

- a. Discussão envolvendo valores de ISS arbitrados R\$ 7.140 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.708 em 31 de dezembro de 2019), onde foi efetuado depósito judicial para que as discussões judiciais continuassem.

(ii) Cível

A Companhia e suas controladas possuem ações de caráter cíveis, as quais estão detalhadas abaixo:

- a. As controladas possuem demandas judiciais relacionadas a indenização aos moradores das comunidades locais por potenciais danos aos imóveis em decorrência das obras que corresponde a R\$ 246 em 31 de dezembro de 2020
- b. As controladas possuem demandas judiciais relacionadas a indenização aos moradores das comunidades locais por potenciais danos causados em virtude da construção do Parque Eólico e poluição sonora que corresponde a R\$ 2.440 em 31 de dezembro de 2020.
- c. As controladas possuem demandas judiciais relacionadas a pleitos de revisão dos valores de arrendamento que corresponde a R\$ 303 em 31 de dezembro de 2020.
- d. Ações envolvendo discussão sobre valores supostamente devidos pelas SPEs Eólica Pedra Rajada S.A. e Eólica Pedra Rajada II S.A. à Ecocil – Empresa de Construções Cíveis Ltda., uma subcontratada da TSK Energia e Desenvolvimento Ltda., contratada para a construção do Projeto. – R\$ 10.094 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Ação a qual possui R\$ 10.094 depositados judicialmente.

29 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com parte relacionadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, de transações da Companhia com suas controladas estão abaixo demonstrados :

a. Contas a receber

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Compartilhamento de custos e despesas		
Nova Vento Formoso S.A.	3.080	1.714
Nova Ventos do Morro do Chapéu S.A.	3.380	2.091
Nova Ventos do Parazinho S.A.	3.428	2.284
Nova Ventos do Tianguá Norte S.A.	3.567	2.286
Nova Ventos do Tianguá S.A.	3.607	2.177
Ventos de São Clemente I S.A.	1.013	1.431
Ventos de São Clemente II S.A.	975	1.293
Ventos de São Clemente III S.A.	1.119	1.284
Ventos de São Clemente IV	1.093	1.310
Ventos de São Clemente V	1.164	1.534
Ventos de São Clemente VI	920	1.267
Ventos de São Clemente VII	2.009	1.086
Ventos de São Clemente VIII	700	974
Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.	293	-
Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	167	-
Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	222	-
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	137	-
Vila Piauí II Empreendimentos e Participações S.A.	98	-
Eólica Baixa Verde S.A.	97	91
Eólica Mocotó S.A.	87	117
Eolicatec Sobradinho S.A.	55	95
Eólica Pedra do Reino S.A.	644	151
Eólica Serra de Santana S.A.	806	958
Eólica Lagoa Nova S.A.	1.512	1.285
Eólica Seridó S.A.	2.337	1.361
Eólica Paraíso S.A.	1.349	989
Eólica lanchinha S.A.	2.008	1.800
Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	207	-
Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	87	-
Vila Piauí III Empreendimentos e Participações S.A.	157	-
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	201	209
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	146	127
Eólica Pedra Rajada S.A.	111	153
Eólica Pedra Rajada II S.A.	107	141
Pedra do Reino IV S.A.	93	135
Boa Esperança S.A.	138	200
Perdas com NDFs realizadas a receber de controladas	-	128
	37.114	28.671

b. Dividendos a receber

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Eólica Baixa Verde S.A.	1.351	1.523
Eólica Moxotó S.A.	1.687	2.026
Eolicatec Sobradinho S.A.	1.206	915
Eólica Pedra do Reino S.A.	1.156	2.076
E5 Holding S. A	840	1.782
Vila Sergipe I Empreendimentos e Participações S. A	1.016	-
Vila Rio Grande do Norte I Empreendimentos e Participações S.A.	398	-
Vila Rio Grande do Norte II Empreendimentos e Participações S.A.	535	-
Vila Sergipe II Empreendimentos e Participações S. A	1.160	-
Vila Sergipe III Empreendimentos e Participações S. A	64	-
Vila Piauí I Empreendimentos e Participações S.A.	385	-
Vila Piauí III Empreendimentos e Participações S.A.	225	-
	10.023	8.322

c. Contas a pagar com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Ganhos com <i>NDFs</i> não realizados a transferir p/ controladas (*)	-	203
Ganhos com <i>NDFs</i> realizados a transferir p/ controladas (**)	-	381
	-	584

d. Resultado

<u>Resultado</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Compartilhamento de custos (Nota explicativa 25) (i)	15.138	16.473
Compartilhamento de despesas (Nota explicativa 26) (i)	23.317	13.777
Total	38.455	30.250

(i) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos. O critério de rateio se dá pelo lucro bruto de energia conforme reconhecimento da Companhia. O lucro bruto de energia é compreendido pela receita líquida descontada da compra de energia para cada controlada em face do total de garantia homologada para todo o Grupo. Os valores possuem expectativa de liquidação em 2021. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação e;
- Despesas legais e advocatícias, seguros e demais serviços de terceiros.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 7.075 (R\$ 6.626 em 2019) e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

30 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem um comitê instaurado permanentemente, que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Os derivativos são contratados somente com o intuito de proteger o caixa da Companhia e de suas controladas para com suas obrigações expostas ao risco cambial.

Classificação dos instrumentos financeiros

		Controladora			
		31/12/2020		31/12/2019	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	6.a	43.698	-	82	-
Aplicações financeiras	6.a	-	105	-	28.861
Derivativos a receber	30.a	-	-	-	371
Passivos financeiros					
Fornecedores	14	7.947	-	7.472	-
Empréstimos	15	129.701	-	39.879	-
Debêntures	16	184.636	-	-	-

Consolidado					
		31/12/2020		31/12/2019	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	6.a	76.749	-	4.722	-
Aplicações financeiras	6.a	-	165.879	-	312.505
Contas a receber	7	201.425	-	154.482	-
Depósitos Judiciais		15.864	-	19.685	-
Fundos vinculados	6.b	-	413.093	-	307.144
Derivativos a receber	30.a	-	74.603	-	371
Passivos financeiros					
Fornecedores	14	89.934	74.603	74.820	203
Empréstimos e financiamentos	15	2.994.947	-	2.455.206	-
Debêntures	16	587.543	-	286.171	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora						
	Nota	Nível (*)	31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível 2	43.803	43.803	28.943	28.943
Fornecedores (**)	14	Nível 2	7.947	7.947	6.888	6.888
Empréstimos (**)	15	Nível 2	129.701	129.701	39.879	39.879
Derivativos a receber	30.a	Nível 2	-	-	371	371
Debêntures (**)	16	Nível 2	184.636	184.636	-	-
Total			366.087	366.087	76.081	76.081

Consolidado						
	Nota	Nível (*)	31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível 2	242.628	242.628	317.227	317.227
Contas a receber (**)	7	Nível 2	201.425	201.425	154.482	154.482
Fundos vinculados	6.b	Nível 2	413.093	413.093	307.144	307.144
Fornecedores (**)	14	Nível 2	164.537	164.537	75.023	75.023
Empréstimos e financiamentos (**)	15	Nível 2	2.994.947	2.994.947	2.455.206	2.455.206
Derivativos a receber	30.a	Nível 2	74.603	74.603	371	371
Debêntures (**)	16	Nível 2	587.543	587.543	286.171	286.171
Total			4.678.776	4.678.776	3.595.624	3.595.624

A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil, devido ao fato de que, os respectivos financiamentos foram contraídos sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2020.

- (*) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Fundos vinculados e aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Compromisso Firme – Fornecedores indexados à moeda estrangeira

Para o valor justo referente a compromisso firme para aquisição de ativo imobilizado, a precificação ao valor de mercado é feita utilizando-se taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

a. Instrumentos financeiros derivativos

As Controladas estão compradas em euro por meio de (NDF) *Non-deliverable Forwards*.

As Controladas possuem compromissos firmes com fornecedores referentes à compra de ativo imobilizado atrelados ao euro, os quais se qualificam para a aplicação da contabilidade de *hedge*. Com o intuito de proteger o valor justo das oscilações da moeda estrangeira, mantém operações com derivativos por meio de *Non-deliverable Forwards* (NDF). Abaixo são demonstradas as respectivas operações com NDFs:

Echoenergia Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Controlada	Consolidado em EUR	Valor de referência			Valor justo	
		31/12/2020	31/12/2020	Vencimento (Mês/Ano)	31/12/2020	Efeito acumulado a receber (**)
	Contrato a Termo – NDF					
		Em EUR	Em R\$ (*)		Em R\$	Em R\$
	Desembolso					
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	12.581	80.244	mar/21	20.422	20.422
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	1.328	8.573	set/21	2.086	2.086
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	1.328	8.530	jul/21	2.106	2.106
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	332	2.128	jun/21	529	529
Vila Espírito Santo V	Termo líquido	1.992	12.728	abr/21	3.214	3.214
Vila Espírito Santo V	Termo líquido	2.023	12.903	mar/21	3.284	3.284
Vila Espírito Santo IV	Termo líquido	2.444	15.591	mar/21	3.968	3.968
Vila Espírito Santo IV	Termo líquido	1.328	8.498	mai/21	2.128	2.128
Vila Espírito Santo IV	Termo líquido	1.660	10.641	jun/21	2.645	2.645
Vila Espírito Santo III	Termo líquido	6.038	38.511	mar/21	9.801	9.801
Vila Espírito Santo III	Termo líquido	1.328	8.530	jul/21	2.106	2.106
Vila Espírito Santo III	Termo líquido	1.328	8.548	ago/21	2.093	2.093
Vila Espírito Santo III	Termo líquido	332	2.143	set/21	522	522
Vila Espírito Santo I	Termo líquido	913	5.823	mar/21	1.482	1.482
Vila Espírito Santo I	Termo líquido	664	4.243	abr/21	1.071	1.071
Vila Espírito Santo I	Termo líquido	1.328	8.498	mai/21	2.128	2.128
Vila Espírito Santo I	Termo líquido	664	4.256	jun/21	1.058	1.058
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	6.990	44.580	mar/21	11.345	11.345
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	332	2.143	set/21	522	522
Vila Espírito Santo II	Termo líquido	1.328	8.548	ago/21	2.093	2.093
		46.261	295.659		74.603	74.603

(*) Com base no valor a termo

(**) Com base no valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os Contratos a Termo – NDF geraram entradas líquidas de caixa no montante de R\$ 70.502.

Abaixo são demonstrados os valores de ganho ou perda com derivativos, designados com *hedge* de valor justo durante o exercício de 2020.

	2020	2020
	Derivativos em EUR (*)	Compromisso firme em EUR (*)
Ganho (a)	145.105	-
(Perda) (b)	-	(145.105)
Resultado líquido com derivativos	145.105	(145.105)

(b) NDFs designadas como *hedge* de valor justo

(c) Compromisso firme para aquisição de ativo imobilizado *hedgeado*

A Companhia e suas controladas estão compradas em euro em 2020 e em euro e dólar em 2019 por meio de (NDF) *Non-deliverable Forwards*.

Abaixo são demonstrados os valores de ganho ou perda com derivativos, designados com *hedge* de valor justo durante o exercício de 2020 e 2019, sendo que, os derivativos indexados ao euro foram designados como *hedge* de valor justo e em dólar americano, *hedge* de fluxo de caixa.

	2020	2020
	Derivativos em USD	Derivativos em EUR
Ganho	-	145.105
(Perda)	-	-
Resultado líquido com derivativos	-	145.105
	2019	2019
	Derivativos em USD	Derivativos em EUR
Ganho	3.879	21.386
(Perda)	(2.213)	(20.898)
Resultado líquido com derivativos	1.666	488

31 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

Caixa, equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos, instituições financeiras e derivativos é administrado pela tesouraria, bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com políticas estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Contas a receber

As vendas de energia que geram as contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras, bem como contratos com mecanismos robustos de controle de inadimplência. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	43.803	28.943	242.628	317.513
Contas a receber	7	-	-	201.425	154.482
Fundos vinculados	6.b	-	-	413.093	307.144
Derivativos a receber	30.a	74.603	167	74.603	167
Total das transações no resultado		118.406	29.110	931.749	779.306

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos que possuem rating entre AA e AAA, baseado em agências de classificação de rating de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir que a liquidez seja suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultantes de diretamente de integralizações dos acionistas e captações de empréstimos, financiamentos e debentures no mercado nacionais. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais - Controladora					
31/12/2020	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Controladora					
Fornecedores	7.947	7.947	-	-	-
Debêntures	184.636	15.192	25.697	143.231	394.539
Financiamentos	129.701	134.716	-	-	-
Total	322.284	157.854	25.697	143.231	394.539

Fluxos de caixa contratuais - Consolidado					
31/12/2020	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Consolidado					
Fornecedores (*)	89.934	89.934	-	-	-
Debêntures	587.543	75.062	70.022	302.814	606.603
Financiamentos	2.994.947	556.447	323.288	922.167	2.323.224
Total	3.747.027	721.443	393.310	1.224.981	3.211.740

(*) O valor de fornecedores está líquido dos ganhos com derivativos utilizados para quitar parte dos compromissos com fornecedores

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Administração da Companhia e de suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado sem instrumentos de proteção das oscilações.

Risco de taxas de juros

A Companhia e suas controladas entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial proveniente dos compromissos firmes referentes as aquisições de ativo imobilizado para os projetos de Serra do Mel 2. O risco deriva das oscilações entre o Real (R\$) versus Dólar Norte Americano (USD) e o Real (R\$) versus Euro (EUR). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o risco estava atrelado somente as oscilações do real versus euro.

A política de gestão de risco cambial da Companhia é fazer a proteção de 100% da sua exposição esperada em moeda estrangeira, em relação aos seus compromissos futuros. A Companhia utiliza contratos futuros para se proteger do risco cambial. Os compromissos

futuros atrelados à moeda estrangeira têm seus vencimentos no ano de 2021. Todos os contratos futuros contratados na data base de 31 de dezembro de 2020 estão designados como *hedge* de valor justo.

A Companhia designa o elemento *spot* do contrato de câmbio a termo como o instrumento de *hedge* do risco cambial, aplicando uma taxa de *hedge* de 1:1. Os elementos futuros dos contratos de câmbio a termo são excluídos da designação de instrumento de *hedge*. A política da Companhia é que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item protegido.

A Companhia determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos vencimentos. A Companhia avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* compense mudanças e se foi eficaz na compensação de mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

O quadro abaixo demonstra a exposição da Companhia atrelada ao risco cambial em 31 de dezembro de 2020:

31/12/2020 Consolidado	Risco cambial atrelado ao EUR			
	Até 1 ano em EUR	Até 1 ano em BRL	Maior que 1 ano em EUR	Maior que 1 ano em BRL
Compra de ativo imobilizado (*)	46.262	215.319	-	-
Contratos futuros utilizados como <i>hedge</i> de fluxo de valor justo (**)	(46.262)	(289.922)	-	-
Exposição líquida	-	(74.603)	-	-

*Compromisso firme relacionado a compra de ativos imobilizados para o projeto Serra do Mel 2, com base no valor justo em 31/12/2020

*NDFs designadas como instrumento de *hedge* para os compromissos firmes com base no valor justo cotado em 31 de dezembro de 2020.

Análise de Sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas,

baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central e projeções de longo prazo do Banco Bradesco S.A com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
	31/12/2020	31/12/2021	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP (a)	4,39%	4,47%	0,08 p.p.	0,10 p.p.	0,12p.p.
IPCA (c)	4,38%	3,32%	(1,06) p.p.	(1,33) p.p.	(1,59) p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (b)	2,52%	3,90%	1,38 p.p.	(1,73) p. p	2,07 p. p

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2020	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos	CDI (b)	138.067	5.385	6.731	8.077
Empréstimos e financiamentos	TJLP (a)	1.502.994	67.184	83.980	100.776
Empréstimos e financiamentos	IPCA (c)	1.353.886	44.949	56.186	67.424
Debêntures	IPCA (c)	587.543	19.506	24.383	29.260
Total		3.582.490	137.024	171.280	205.537
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI (b)	578.972	22.580	28.225	33.870

(a) Taxa de juros de longo prazo - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(b) Certificado de Depósito Interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(c) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Fonte: Relatório Focus do Banco Central

32 Compromissos contratuais e garantias

Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia e suas controladas para os anos subsequentes.

	Consolidado				
	2021	2022	2023	2024	2025 a 2037
(CUST / CCT) (a)	50.193	59.012	59.012	59.012	767.156
Contratos de (O&M) (b)	72.128	87.127	95.959	104.095	1.456.923
Total	337.640	146.139	154.971	163.107	2.224.079

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT) e ao uso do sistema de distribuição (CUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia e suas controladas irão incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão, e por uso do sistema de distribuição, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) para empreendimentos conectados na rede de distribuição.

Para o exercício de 2021, os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2020/2021 (julho/20 a junho/21 para projetos conectados na rede de transmissão e maio/20 e abril/21 para empreendimentos conectados na rede de distribuição), sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses subsequentes (julho/21 a dezembro/21 ou maio/21 à dezembro/21) e considerando no ano a entrada em operação dos empreendimentos dos Complexos:

- Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A
- Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A
- Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A
- Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A
- Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A
- Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A

Para os anos a partir de 2022, os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2020/2021.

Cabe destacar que os encargos para os empreendimentos das controladas indiretas Alagoas II, Vila Espírito Santo I, Vila Espírito Santo II, Vila Espírito Santo III, Vila Espírito Santo IV e Vila Espírito Santo V não foram estimados, pois estes ainda não possuem tarifas publicadas.

O prazo de vigência dos contratos de transmissão e distribuição são aproximadamente de 35 anos.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

As controladas possuem contratos de longo prazo com o objetivo de garantir a operação e manutenção dos aerogeradores dos seus parques.

33 Cobertura de seguros e garantias financeiras

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o perfeito funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros. A política adotada pela Companhia possui os seguintes seguros descritos:

D&O – Garante até o limite máximo de indenização contratado para cobertura de despesas judiciais e indenizações relacionadas a reclamações que recaiam sobre os conselheiros, diretores, gerentes e/ou qualquer pessoa física com cargo de gestão na Companhia

Garantia fiel cumprimento - Garante até o limite máximo de indenização as obrigações contratuais, sejam elas financeiras ou operacionais relacionadas as construções dos parques eólicos.

Garantia financeira CCT – Garante até o limite máximo de indenização a cobertura para inadimplência dos pagamentos de custos com a conexão no sistema de transmissão, sendo seu beneficiário/segurado a transmissora de energia.

Responsabilidade civil operação– Garante até o limite máximo de indenizações relativas a reparação por danos corporais, materiais e morais causados a terceiros

Responsabilidade civil obras – Garante até o limite máximo de indenizações relativas a reparação por danos corporais, materiais e morais causados a terceiros durante a fase de construção dos parques eólicos.

Risco de engenharia – Garante até o limite máximo de indenização danos estruturais decorrentes da fase de construção dos parques.

Risco operacional – Garante até o limite máximo de indenização danos ao patrimônio/ativos em operação.

O quadro abaixo demonstra o valor coberto por garantias e apólices de seguros:

Tipo	Valor em risco coberto em	
	31/12/2020	31/12/2019
D&O	60.000	60.000
Garantia fiel cumprimento	194.935	151.325
Garantia financeira CCT	9.399	5.825
Responsabilidade civil operação	20.000	20.000
Responsabilidade civil obras	911.164	911.164
Risco de engenharia	1.551.722	1.551.722
Risco operacional	7.541.686	3.989.997
Total	10.288.906	6.690.033

34 Transações que não afetam caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Juros sobre financiamentos	-	2.838	-	2.838
(Aumento) redução em imobilizado	-	(13.619)	-	(13.619)
Aumento (redução) em fornecedores	-	13.619	-	13.619
Juros capitalizados	-	(2.838)	-	(2.838)
Adição CPC06/IFRS 16 – Arrendamento mercantil	-	3.441	18.349	82.837

35 Eventos subsequentes

A Companhia e suas controladas apresentaram os seguintes eventos subsequentes relevantes de divulgação no período em avaliação:

a. Dispensa do ICSD das debêntures de Vila Piauí I e II

As controladas Vila Piauí I e Vila Piauí II obtiveram junto aos seus debenturistas, através de AGD (Assembleia Geral de Debenturistas) datada de 30 de março de 2021, a anuência para a liberação da entrega do ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida), sem que seja declarado o vencimento antecipado das dívidas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

b. Segunda emissão de debêntures de Echoenergia Participações S.A.

Em 28 de janeiro de 2021, a Companhia celebrou a segunda emissão de 140.000.000 (cento e quarente milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em até duas séries, no montante de R\$140.000, firmada com a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA. na condição de Agente Fiduciário. O Banco XP Investimentos CCTVM S.A. atuou como o coordenador líder da operação.

c. Primeira emissão de debêntures de Serra do Mel Holding

Em 15 de março de 2021, a controlada Serra do Mel Holding registrou a primeira emissão de 142.000.000 (cento e quarenta e dois milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, no montante de R\$142.000, firmada com a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA. na condição de Agente Fiduciário.

d. Avaria de transformador do complexo de Serra do Mel

Em 15 de fevereiro de 2021 foi identificada uma avaria no transformador do complexo de Serra do Mel I, composto pelas empresas Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A., Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A., Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A., Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A., Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A. e Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A., Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A. e Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Em 16 de fevereiro de 2021, a condição operacional foi reestabelecida parcialmente através da interligação das barras do transformador avariado pelo transformador do agente terceiro que está situado na mesma subestação.

Em 31 de março de 2021, foi reestabelecida a condição operacional completa do transformador com o escoamento pelo transformador da Echoenergia, restabelecendo assim a geração total do complexo. Não foram identificados impactos financeiros relevantes nas controladas pela Administração da Companhia.